

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2025	264001-FUNDAÇÃO J.D.FIGUEIREDO SEG.MED. TRABALHO - SP	JUAN GOMES PEREIRA	18/03/2025 15:16 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	77/2025	47648.001186/2023-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de software estabelecido neste Termo de referência, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados até 10 (dez) anos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 1							
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE							
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Valor Salarial	Valor Unitário Estimado Máximo (1)	Qtd Estimada 12 Meses (2)	Valor Total Estimado Máximo (12 Meses)
1	ARQSOF-02 – Arquiteto de Software Sênior	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 15.112,53	R\$ 29.469,43	2	R\$ 58.938,86
2	DESENV-02- Desenvolvedor de Software - Pleno	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 9.913,19	R\$ 19.330,72	12	R\$ 231.968,64

3	DESENV-03 - Desenvolvedor de Software - Sênior	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 13.560,89	R\$ 26.443,74	6	R\$ 158.662,44
4	ANR-02 – Analista de Negócios/Requisitos Pleno	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 8.209,41	R\$ 16.008,35	12	R\$ 192.100,20
5	SCRUM – Scrum Master	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 10.691,74	R\$ 20.848,89	12	R\$ 250.186,68
<b>Valor Estimado (12 meses) : R\$ 891.856,82</b>							
<b>QUALIDADE DE SOFTWARE</b>							
6	Analista de Testes/Qualidade - Pleno	30001 – Implementação Ágil de Software	Perfis Profissionais Alocados – PPA	R\$ 6.602,48	R\$ 12.874,84	12	R\$ 154.498,08
<b>Valor Estimado (12 meses) : R\$ 154.498,08</b>							
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.046.354,90</b>							
(1) O Valor Unitário Estimado corresponde ao Valor Salarial de Referência x Fator-K (1,95) previstos na Portaria SGD/MGI nº 6679, de 2024							
(2) Quantidade estimada de Perfis a serem alocados em um mês sob demanda e mediante ordem de serviço, multiplicado por 12 meses							

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a sua necessidade permanente para o Contratante, cenário no qual sua eventual paralisação/descontinuidade pode implicar prejuízos às atividades do órgão sustentadas por sistemas de informação, sendo a vigência plurianual aquela que tem o menor impacto para as instituições considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Na tabela do Lote 1, destacamos parte dos profissionais previstos no Anexo A da Portaria 6.679 de 17 de setembro de 2024. Nesta tabela incluímos a demanda pelos perfis que teremos necessidade imediata e que deverão ser utilizados como referência para composição de preços. Não há previsão de demanda de demais profissionais constantes na Portaria 6.679 de 17 de setembro de 2024.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que há padrões de mercado e diversos frameworks de desenvolvimento de software, que permitem a fixação de padrões de qualidade e de desempenho para o referido serviço.

1.5.1. Para evitar o conflito de interesses, não será admitida a adjudicação para uma mesma licitante ou grupo empresarial /econômico de lote de serviço de "desenvolvimento, manutenção e sustentação de software" e de serviço de "qualidade e testes avançados".

1.5.2. Não há obrigatoriedade do Contratante em requisitar uma quantidade mínima de profissionais. A alocação se dará por meio de ordem de serviço, observando as condições constantes da seção "Requisitos de Formação da Equipe".

1.5.3. Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software integram, no ramo da engenharia de software, o processo de

ciclo de vida do desenvolvimento de software (Software Development Life Cycle - SLDC), ou seja, um processo contínuo e sistemático de construção e sustentação de software que garante a qualidade e a correção precisa de falhas do software construído. Nesse sentido, a continuidade dos serviços é uma característica inerente ao ciclo de vida do software assegurando a evolução dos requisitos, a disponibilidade e o desempenho das funcionalidades à medida que as necessidades de negócio e os recursos tecnológicos (físicos e lógicos) evoluem.

1.5.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em:

- a) Serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software; e
- b) Serviços de qualidade e testes avançados de software.

### **DOS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE**

2.3. Os serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software compreendem o conjunto de atividades executadas com a finalidade de atender às necessidades do órgão ou entidade por meio da implementação de um novo software, de uma nova funcionalidade ou manutenção de funcionalidades já existentes, em conformidade com o processo de software (ANEXO VII) e aplicados os procedimentos necessários à garantia da qualidade do software, previstos nesse Termo de Referência.

2.4. São previstas as seguintes atividades na execução dos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software:

- a) aplicação de técnicas de engenharia de requisitos com vistas a identificar e especificar requisitos funcionais e não funcionais dos produtos a serem entregues; execução de procedimentos de design / arquitetura de software com vistas a estabelecer os padrões, tecnologias, formas de organização e de componentização dos recursos a serem utilizados na construção e manutenção dos sistemas;
- b) implementação dos códigos, componentes e recursos necessários à materialização do produto de software;
- c) realização de testes funcionais, unitários e de acessibilidade, desde a concepção dos produtos, com vistas a assegurar a qualidade do software;
- d) realização da homologação dos produtos junto aos clientes, com vistas a certificar-se que o software atende aos requisitos esperados;
- e) realização da implantação dos produtos junto às áreas de operação e suporte de rede, ou áreas equivalentes de sustentação de software, com o objetivo de assegurar a efetiva entrega do software em ambiente de produção.
- f) adoção das medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas no âmbito da prestação dos serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software.
- g) adoção das medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações disponibilizadas para prestação dos serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software.
- h) adoção de práticas de codificação segura, observando os requisitos constantes da seção "Especificação dos requisitos da contratação" e do Processo de Software - ANEXO VII.

2.5. O serviço de sustentação de software corresponde ao conjunto de atividades necessárias para manter a disponibilidade, estabilidade e desempenho do software em produção, dentro dos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo no mínimo as seguintes atividades:

- a) atualizar a documentação de sistemas legados;
- b) mapear problemas, cenários e soluções dos sistemas em produção;
- c) atuar de forma direta e ativa na interface com a área de infraestrutura, incluindo dirimir quaisquer dúvidas e apoio necessários ao bom funcionamento dos sistemas em produção;
- d) apoiar tecnicamente na busca contínua pela melhoria de processos entre as áreas;
- e) realizar absorção e configuração de sistemas no parque computacional do Contratante.

2.6. Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software deverão ser executados observando o paradigma de implementação ágil de software com o foco no alcance de resultados, entrega de valor, qualidade dos produtos desenvolvidos e

observância aos padrões de desempenho e segurança da informação definidos nesse Termo de Referência.

2.7. A presente solução a ser contratada pauta-se pelas disposições constantes da Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

DOS SERVIÇOS DE QUALIDADE E TESTES AVANÇADOS DE SOFTWARE

- 2.8. Os serviços de qualidade e testes avançados tem o objetivo de garantir a qualidade dos sistemas durante todo o ciclo do processo de software até a sua implantação, minimizando a ocorrência de erros no ambiente de produção.
- 2.9. Os serviços de qualidade e testes avançados serão solicitados via abertura de chamados no âmbito da ordem de serviço.
- 2.10. São previstas as seguintes atividades na execução dos serviços de qualidade e testes avançados:
- a) apoiar a fiscalização técnica dos contratos de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, atuando para garantir que os softwares entregues tenham sido testados de acordo com as melhores práticas de mercado e os padrões previstos neste Termo de Referência, apontando as falhas e/ou oportunidades de melhoria nos processos de desenvolvimento e testes, bem como nos produtos resultantes destes processos;
  - b) executar os testes (automáticos ou manuais), de forma complementar aos testes realizados durante o desenvolvimento do sistema, de modo que os produtos recebidos pelo Contratante tenham a máxima qualidade possível;
  - c) verificar a atualidade da documentação técnica dos sistemas;
  - d) promover o diagnóstico de situações de gargalos e problemas de desempenho nos sistemas;
  - e) verificar o controle do código-fonte de programas e das bibliotecas de programas-fonte no ambiente de desenvolvimento, homologação, teste e produção;
  - f) propor ao Contratante a melhoria da arquitetura dos sistemas visando garantir a arquitetura mais robusta possível;
  - g) planejar a execução de testes de software para modelar e elaborar estratégias de testes;
  - h) executar testes estáticos de segurança de código, provendo, a cada demanda, a descrição das falhas de segurança encontradas;
  - i) atuar na criação e execução de testes de caixa branca, caixa preta, unitário, integração, sistema, usabilidade, regressão, segurança, integridade, configuração, migração, aceitação e desempenho (carga, estresse e estabilidade) nos programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas;
  - j) executar procedimentos de testes de segurança estáticos (SAST – Static Application Security Testing), testes de segurança dinâmicos (DAST – Dynamic Application Security Testing), testes funcionais de sistema, testes exploratórios, testes de desempenho, testes de carga, testes de estresse e testes de segurança.
- 2.11. O serviço a ser contratado segue os pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 2.12. De acordo com o art. 3º, Inciso I da IN SGD/ME 94/2022, a contratação não incorrerá em mais de uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em um único contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

- 3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.
- 3.2. O PCA é um instrumento declaratório, de caráter obrigatório, que surgiu com o advento da Instrução Normativa (IN) nº 01 /2018, oriunda da Secretaria de Gestão desta Pasta (SEGES/SEDGG/ME) e foi aperfeiçoado com a IN nº 01/2019 SEGES /SEDGG/ME e, posteriormente, no âmbito da nova lei de licitações e contratos, foi regulamentado pelo decreto nº 10.947/22, o qual obriga cada órgão federal a apresentar as iniciativas de compras previstas para o exercício financeiro seguinte.
- 3.3. O objeto da contratação também está alinhado com o Plano Estratégico (PEI) da Fundacentro para o período de 2024 a 2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme Processo 47648.001023/2024-75 da FUNDACENTRO, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2026			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada

<b>A2502</b>	<i>Garantir a disponibilidade e sustentação dos sistemas fornecidos aos cidadãos</i>	<b>N1, N2,  N3</b>	<i>N1 - Garantir a disponibilidade dos serviços de TIC  N2 – Garantir a disponibilidade de serviços e conteúdo técnico por meio do Portal Institucional  N3 – Manter os sistemas e aplicativos móveis e sistemas de back-end atualizados</i>
<b>A2503</b>	<i>Desenvolver novos aplicativos e sistemas demandados pela alta gestão ou adequações solicitadas pelos órgãos superiores.</i>	<b>N5</b>	<i>Desenvolver novos aplicativos móveis</i>

## JUSTIFICATIVA

3.4. Observando-se o histórico de contratações realizadas nos últimos 2 anos pela FUNDACENTRO, confirmou-se a tendência em termos de materialidade na demanda por esses serviços, alcançando-se em média um valor total homologado em certames superior a R\$ 371.232,69 mil ao ano.

3.5. Com a publicação da Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, buscou-se estabelecer um modelo de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de softwares para os órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). O presente modelo adota as melhores práticas de engenharia de software aliadas às orientações e recomendações de órgãos de controle sobre contratação desses serviços para diferentes modalidades de remuneração.

3.6. O presente Termo de Referência implementa a modalidade de remuneração baseado em alocação profissional, sob demanda, vinculada ao alcance de resultados e ao atendimento de níveis mínimos de serviço.

3.7. Na esteira das orientações trazidas pela Portaria SGD/ MGI nº 750, de 2023, pretende-se disseminar a forma ágil de desenvolvimento de software, abordagem que se tornou uma necessidade devido à natureza sempre em mudança dos negócios e requisitos que definem o software. As práticas ágeis visam oferecer uma abordagem de desenvolvimento leve, adaptativa e colaborativa com o foco na entrega rápida de valor para o negócio.

3.8. Além disso, o serviço a ser contratado segue aos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada. De acordo com o art. 3º, Inciso I da IN SGD/ME nº 94/2022, a contratação não incorrerá em mais de uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em um único contrato.

3.9. Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software correspondem ao conjunto de atividades executadas com a finalidade de atender às necessidades do Contratante por meio da implementação de um novo software, de uma nova funcionalidade ou manutenção evolutiva, corretiva ou adaptativa de funcionalidades já existentes, em conformidade ao processo de desenvolvimento de software estabelecido no ANEXO VII e aplicados os procedimentos necessários à garantia da qualidade do software descritos nesse Termo de Referência.

3.10. Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software deverão ser executados observando o paradigma de Implementação Ágil de Software com o foco no alcance de resultados, entrega de valor, qualidade dos produtos desenvolvidos e observância aos padrões de desempenho e segurança da informação definidos nesse Termo de Referência.

3.11. Espera-se que a contratação amplie a capacidade de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software, permitindo que se alcance:

- Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Eficácia com o aprimoramento de processos de desenvolvimento de software e padronização de condições de gestão e fiscalização dos contratos, assegurando a entrega tempestiva de produtos de software;
- Efetividade com a padronização dos serviços e oferta de uma solução que objetiva maior produtividade e colaboração entre as equipes de desenvolvimento com o enfoque a entrega de valor.

3.12. Esta contratação está alinhada ao PDTIC 2025-2026 conforme processo 47648.001023/2024-75

## DA ESTIMATIVA DE DEMANDA

3.13. O dimensionamento da estimativa da demanda dos serviços pautou-se pela identificação do quantitativo de profissionais por tipo de perfil, considerando o histórico de quantitativo de pessoal dos contratos atuais e anteriores dos órgãos partícipes, além da análise combinada considerando a expectativa de demanda por novos projetos, evoluções e ampliação de serviços de software. Buscou-se no processo de dimensionamento correlacionar a capacidade de desenvolvimento demandada por meio dos diferentes perfis profissionais para cada órgão com a demanda de desenvolvimento, manutenção e sustentação mapeada por meio de métricas de software para o período.

3.14. A estimativa detalhada do dimensionamento da demanda consta nos estudos técnicos preliminares.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- a) fornecer novos serviços digitais, relacionados ao escopo de atuação do órgão;
- b) manter e aprimorar a disponibilidade, segurança, acessibilidade e usabilidade dos serviços digitais ofertados;
- c) aprimorar e evoluir os sistemas de informação que apoiam as políticas públicas de governo;
- d) assegurar a troca eficiente de informações entre os diferentes processos de negócio;
- e) assegurar a segurança e privacidade das informações mantidas e processadas pelos sistemas;
- f) manter a resiliência e eficiência dos sistemas de informação do órgão; e
- g) demonstrar agilidade no atendimento das demandas, mesmo que haja flutuações sazonais na quantidade de ordens de serviço, além de necessidades variadas de profissionais com competências específicas, necessárias ao atendimento dos requisitos das soluções a serem entregues.

### Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.3. Os requisitos da área requisitante sobre esse tópico, se houver e quando houver, serão tratados separadamente e paralelamente à execução deste contrato.

4.4. O Contratado deve buscar manter seus funcionários capacitados e treinados para os padrões, ferramentas e processos utilizados no ambiente do Contratante.

### Requisitos Legais

4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.6. Deve-se observar, no que couber, os seguintes normativos:

- a) Norma sobre contratação de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software - Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023;
- b) Padrão de Interoperabilidade - Portaria SLTI/MP nº 92, de 24 de dezembro de 2014;
- c) Padrão de acessibilidade - Portaria SLTI/MP nº 3, de 7 de maio de 2007;
- d) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - Medida Provisória nº 2.200- 2, de 24 de agosto de 2001;
- e) Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil);
- f) Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) da Contratante;
- g) Padrões Web em Governo Eletrônico - ePWG;
- h) Padrões de Design System de Governo;
- i) Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;
- j) Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 – Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para

dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

k) Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008 e suas normas complementares - Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;

l) Instrução Normativa GSI/PR Nº 1, de 27 de maio de 2020 e suas normas complementares - Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal

m) Instrução Normativa GSI/PR Nº 3, de 28 de maio de 2021 e suas normas complementares - Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal

n) Norma Complementar nº 10/IN01/DSIC/GSIPR, de 30 de janeiro de 2012 - Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação nos Aspectos Relativos à Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

o) Norma Complementar nº 13/IN01/DSIC/GSIPR, de 30 de janeiro de 2012, - Diretrizes para gestão de mudanças nos aspectos relativos à segurança da informação e comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

p) Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR, de 15 de julho de 2014 - Diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à segurança da informação e comunicações;

q) Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR, de 13 de março de 2018 - Princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

4.7. Deve-se observar, no que couber, os seguintes padrões técnicos:

a) ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 12207:2021 - Engenharia de sistemas e software - Processos de ciclo de vida de software;

b) ABNT NBR ISO/IEC 25030:2008 - Engenharia de software - Requisitos e Avaliação da Qualidade de Produto de Software (SQuaRE) - Requisitos de qualidade;

c) ABNT NBR ISO 22301:2013 - Sistemas de gestão de continuidade de negócios;

d) ABNT NBR ISO 22313:2015 - Sistemas de gestão de continuidade de negócios;

e) ABNT NBR ISO 27031:2015 - Diretrizes para a prontidão para a continuidade dos negócios da tecnologia da informação e comunicação;

f) ABNT NBR ISO 23081-1:2019 - Metadados para documentos de arquivo;

g) ABNT NBR 11515:2007 - Guia de práticas para segurança física relativas ao armazenamento de dados;

h) ABNT NBR ISO/IEC 27037:2012 - Diretrizes para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidência digital;

i) ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Código de prática para controles de segurança da informação;

j) ABNT NBR ISO/IEC 27014:2013 - Governança de segurança da informação;

k) ABNT NBR 16167:2013 - Diretrizes para classificação, rotulação e tratamento da informação;

l) ABNT NBR ISO/IEC 27017:2016 - Código de prática para controles de segurança da informação com base;

m) Guia de Gerenciamento de Vulnerabilidades e Modelo de Política de Gerenciamento de Vulnerabilidades - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

n) Guia de Segurança em Aplicações Web - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

o) Guia de Requisitos Mínimos de Segurança e Privacidade para APIs - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

p) Guia de Requisitos Mínimos de Segurança e Privacidade para Aplicativos Móveis - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>.

## Requisitos de Manutenção

4.8. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas pelo Contratado, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.9. O Contratado deve prestar manutenções preventivas e corretivas, sem custo adicional à Contratante, durante o período de execução contratual, sobre os produtos entregues.

4.10. O Contratado deve participar ativamente na identificação da causa raiz de problemas relacionados aos produtos entregues e serviços prestados.

## Requisitos Temporais

4.11. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 28 dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.14. Os prazos definidos neste Termo de Referência deverão ser estritamente observados sob pena da aplicação de sanções conforme previsto neste Termo de Referência, salvo que há expressa autorização fundamentada da Contratante.

4.15. Na execução dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software deverão ser observados os seguintes prazos máximos:

<b>Atividade, Tarefa ou Serviço</b>	<b>Prazo máximo de início da execução serviço</b>	<b>Prazo Máximo de término da execução do Serviço</b>
Executar a Sprint	1 dia útil	até 4 semanas (28 dias corridos), ou em prazo inferior previsto na OS.
Construir a visão do negócio	1 dia útil	até 5 dias uteis
Planejar o roadmap do produto	1 dia útil	até 3 dias úteis
Elaborar backlog do produto	1 dia útil	até 3 dias úteis
Planejar o release	1 dia útil	até 2 dias úteis
Elaborar Help / Manual de Usuário de Sistema em Desenvolvimento (por funcionalidade)	1 dia útil	até 3 dias úteis

4.16. Na execução dos serviços de qualidade e testes avançados deverão ser observados dos seguintes prazos máximos:



<b>Atividade, Tarefa ou Serviço</b>	<b>Prazo Máximo</b>
Revisar Código	até 5 dias úteis após abertura de chamado
Elaborar Casos de Testes funcionais e não funcionais	até 2 dias úteis após abertura de chamado
Elaborar Planos de teste	até 2 dias úteis após abertura de chamado
Executar testes de Carga ou de Stress	5 dias úteis após abertura de chamado
Executar Testes de Vulnerabilidade de Segurança	3 dias úteis após abertura de chamado
Executar Testes de Acessibilidade	1 dia útil após abertura de chamado
Revisar Documentação	até 5 dias úteis após abertura de chamado

4.17. Na execução dos serviços de sustentação de software deverão ser observados os seguintes prazos máximos:

<b>Atividade, Tarefa ou Serviço</b>	<b>Prazo Máximo de início do atendimento</b>	<b>Prazo Máximo de solução do problema</b>

Correção de não conformidades identificadas como de baixo impacto, que não impede o uso do sistema e não provoque prejuízo significativo ao negócio.	4 horas úteis	24 horas úteis
Correção de não conformidades identificadas como de impacto moderado, que compromete o uso do sistema (sem impedimento) e não provoque prejuízo significativo ao negócio.	2 horas corridas	24 horas corridas
Correção de não conformidades identificadas como de alto impacto, que impede o uso do sistema ou provoque prejuízo significativo ao negócio ao ocorrer.	30 minutos corridos	8 horas corridas
Realização de atualização ou modificação de código não classificados como correção.	4 horas úteis	24 horas úteis

4.18. Os valores descritos nos quadros acima poderão ser superiores, desde que constantes das Ordens de Serviço e acordados com a Contratante.

## Requisitos de Segurança e Privacidade

4.19. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.20. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.21. O Contratado deverá assegurar durante a execução dos serviços a observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei 13.709, de 2018.

4.22. O Contratado deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas no âmbito da prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software.

4.23. O Contratado deverá implementar medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações disponibilizadas para prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software.

4.24. O Contratado deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa do Contratante e da Administração Pública em todos os eventos em que for necessária a presença física ou virtual de seus prepostos e/ou funcionários.

4.25. O Contratado deverá promover a cultura para que os desenvolvedores utilizem o SAST (Static Application Security Testing) em tempo de desenvolvimento, ou seja, integrado à IDE (Integrated Development Environment).

4.26. O Contratado deverá realizar eventuais correções de vulnerabilidades HIGH ou CRITICAL, sem custo adicional, desde que gerados por atualizações, manutenções ou novas funcionalidades executadas pelo Contratado.

4.27. O Contratado deverá exigir dos seus empregados, quando em serviço presencial ou remoto para à Contratante, o uso obrigatório de identificação funcional.

4.28. O Contratado não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado às informações de propriedade da Contratante.

4.29. O Contratado deverá identificar qualquer equipamento de sua propriedade que venha a ser instalado nas dependências da

Contratante, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

4.30. O Contratado deverá assinar o Termo de Compromisso, e seus funcionários alocados na prestação de serviços, o Termo de Ciência, conforme modelos anexos ao Termo de Referência:

a) ANEXO II – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA;

b) ANEXO III – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.

4.31. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços do Contratado ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

4.31.1. O Contratado deve ainda:

- a) Estabelecer e manter um processo seguro de desenvolvimento de aplicações que trate de itens como: padrões de design de aplicação seguro, práticas de codificação seguras, treinamento de desenvolvedor, gestão de vulnerabilidade, segurança de código de terceiros e procedimentos de teste de segurança de aplicação. Revise e atualize a documentação anualmente ou quando ocorrerem mudanças significativas na empresa que possam impactar esta medida de segurança;
  - b) Executar análise de causa raiz em vulnerabilidades de segurança afim de avaliar os problemas subjacentes que criam vulnerabilidades no código;
  - c) Estabelecer e gerenciar um inventário atualizado de componentes de software de terceiros, geralmente chamados de “Lista de Materiais”, bem como componentes programados para uso futuro. Este inventário deve incluir quaisquer riscos que cada componente de terceiros possa representar. A Lista de Materiais deve ser avaliada mensalmente (pelo menos uma vez por mês) para identificar mudanças e/ou atualizações nesses componentes, bem como validar se o componente ainda é compatível;
  - d) Utilizar componentes de software de terceiros atualizados e confiáveis. O Contratado deve, quando possível, escolher bibliotecas e estruturas estabelecidas e comprovadas que forneçam segurança adequada. Esses componentes devem ser adquiridos de fontes confiáveis ou avaliados quanto a vulnerabilidades antes de usá-los;
  - e) Treinar desenvolvedores em conceitos de segurança de aplicações e codificação segura certificando-se de que todo o pessoal de desenvolvimento de software receba treinamento para escrever código seguro para seu ambiente de desenvolvimento e responsabilidades específicas. O treinamento deve incluir princípios gerais de segurança e práticas padrão de segurança de aplicações, e deve ser realizado anualmente (pelo menos uma vez por ano) com o fim de promover a segurança dentro da equipe de desenvolvimento, além de construir uma cultura de segurança entre os desenvolvedores;
  - f) Aplicar princípios de design seguro em arquiteturas de aplicações que incluem o conceito de privilégio mínimo e aplicação de mediação para validar cada operação que o usuário faz, promovendo o conceito de “nunca confiar nas entradas do usuário”. Os exemplos incluem garantir que a verificação explícita de erros seja realizada e documentada para todas as entradas, incluindo tamanho, tipo de dados e intervalos ou formatos aceitáveis. O design seguro também significa minimizar a superfície de ataque da infraestrutura da aplicação, como desligar portas e serviços desprotegidos, remover programas e arquivos desnecessários e renomear ou remover contas padrão;
  - g) Aproveitar os módulos ou serviços controlados para componentes de segurança de aplicações como gestão de identidade, criptografia e auditoria e log. O uso de recursos da plataforma em funções críticas de segurança reduzirá a carga de trabalho dos desenvolvedores e minimizará a probabilidade de erros de design ou implementação. Os sistemas operacionais modernos fornecem mecanismos eficazes para identificação, autenticação e autorização e disponibilizam esses mecanismos para as aplicações. Devem ser usados apenas algoritmos de criptografia padronizados, atualmente aceitos e amplamente revisados. Os sistemas operacionais também fornecem mecanismos para criar e manter logs de auditoria seguros;
  - h) Implementar verificações de segurança em nível de código aplicando ferramentas de análise estáticas e dinâmicas dentro do ciclo de vida da aplicação com o propósito de verificar se as práticas de codificação seguras estão sendo seguidas;
  - i) Conduzir aplicações do processo de modelagem de ameaças, permitindo identificar e abordar as falhas de design de segurança da aplicação em um design antes que o código seja criado. Esse processo deve ser conduzido por pessoas especialmente treinadas que avaliam o design da aplicação e medem os riscos de segurança para cada ponto de entrada e nível de acesso. Assim, a aplicação, a arquitetura e a infraestrutura são mapeadas de uma forma estruturada para entender seus pontos fracos.
- 4.32. O Contratado deverá aplicar os princípios de Security by Design, Privacy by Design e Shift-left testing, de forma a minimizar os riscos de privacidade e segurança em tempo de concepção dos projetos.

## Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.33. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais:

- a) apresentar-se vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho físico ou virtual, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da Contratante ou que ofenda o senso comum de moral e bons costumes;
- b) respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
- c) atuar no estabelecimento da Contratante com urbanidade e cortesia.

4.34. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes ambientais:

- a) deverá entregar os documentos solicitados preferencialmente na forma digital, com vistas a evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em atendimento ao Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);
  - b) as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia, evitando-se a sobrecarga de equipamentos ou dispositivos elétricos e eletrônicos;
  - c) utilizar de forma eficiente o espaço de armazenamento virtual e oferecer o máximo de desempenho de processamento com o menor impacto ou comprometimento da capacidade de processamento dos recursos tecnológicos da Contratante.
- 4.35. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes culturais:

- a) Todos os documentos e relatórios deverão ser produzidos em língua portuguesa, salvo quando autorizado pela Contratante.

## Requisitos Tecnológicos

4.36. Os serviços de desenvolvimento e manutenção adotam processo ágil, que é segmentado em iterações curtas, entregas frequentes e projetos com escopos delimitados a partir de especificações funcionais e não-funcionais definidas pela CONTRATANTE e remunerados por alocação de perfil profissional de TI, vinculado ao alcance de resultados e ao atendimento de níveis mínimos de serviço, incluindo as seguintes atividades:

- a) Construção de novo software: a partir de uma demanda de projeto, um novo sistema é criado, seguindo o processo de software descrito no ANEXO VII.
- b) Manutenção evolutiva (projeto de melhoria): necessidade de melhoria ou evolução dos requisitos funcionais de um sistema que esteja em produção.
- c) Serviços de Manutenção Corretiva, Preventiva e Adaptativa: consistem na eliminação de comportamentos do software que diferem de suas especificações ou que provoquem a interrupção inesperada do funcionamento daqueles produtos de software não cobertos pela garantia descrita no subitem "Requisitos de Garantia e Assistência Técnica" deste TR.

4.37. Os serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação e os serviços de qualidade e testes avançados de software deverão adotar o Padrão Digital de Governo (Design System) e suas atualizações com relação a padrão visual das aplicações, disponível no endereço: <https://www.gov.br/ds/home>.

4.38. Os serviços de qualidade e testes avançados envolvem a garantia da qualidade dos sistemas durante todo o ciclo do processo de software até a sua implantação, minimizando a ocorrência de erros no ambiente de produção.

4.39. Os serviços de sustentação envolvem o conjunto de atividades necessárias para manter a disponibilidade, estabilidade e desempenho do software em produção, dentro dos níveis de serviço estabelecidos pela CONTRATANTE.

4.40. As tecnologias e banco de dados, objeto da prestação dos serviços, constam no ANEXO XVI.

## Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.41. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.42. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado o Contratado adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.43. O Contratado deverá adotar padrões de projeto (Design Patterns) ou padrões arquiteturais consolidados no mercado aderentes às necessidades da aplicação, além de métodos de codificação limpa (Clean Code).

4.44. Deverão ser observados na definição da arquitetura aspectos de desempenho, racionalização de recursos, sustentabilidade, clareza e segurança.

## Requisitos de Projeto e de Implementação

4.45. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

- a) O processo de entrega de serviço deverá passar pelos processos de ciclo de vida de desenvolvimento seguro de software; e
- b) O Contratado deve utilizar o conceito de Security by design em todo o ciclo de vida da entrega de soluções.

4.46. As atividades de desenvolvimento e implementação de código deverão observar, sempre que possível:

- a) a abordagem TDD (Test Driven Development);
- b) o Padrão Digital de Governo (Design System - <https://www.gov.br/ds/>) no desenvolvimento de sistemas de serviços públicos digitais; e
- c) as recomendações de acessibilidade previstas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Art. 63 e regulamentações posteriores no desenvolvimento das soluções.

## Requisitos de Implantação

4.47. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

- a) O Contratado deverá adotar os mecanismos de automação e de integração/implantação contínua (CI/CD) disponibilizados pela Contratante;

- b) A integração/implantação contínua (CI/CD) deverá observar as diretrizes e condições estabelecidas pela área técnica da Contratante;
- c) O Contratado deverá adotar práticas de backup e de rollback, caso seja constatado obstáculos à implementação; e
- d) O Contratado deverá prestar todo o suporte necessário para a adequada implementação e sustentação da esteira DevSecOps.

## Requisitos de Garantia Técnica e Manutenção

4.48. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, doze (12) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.49. O Contratado garantirá a disponibilização dos serviços prestados durante toda a vigência do Contrato. Nesse período o Contratado se obriga a corrigir quaisquer defeitos nos produtos e serviços executados. Os defeitos compreendem, mas não se limitam a imperfeições percebidas num serviço contratado, ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados.

4.50. Caso uma solução apresentada e/ou artefato, referente a um serviço contratado, sejam alterados pelo Contratante ou por empresa por ele designada, a garantia cessará apenas para estes produtos, e apenas quando relacionada aos artefatos atingidos pela modificação.

4.51. Para o desempenho das atividades de garantia, o Contratado estará sujeito aos mesmos níveis mínimos de serviço previstos na subseção “Critérios de medição e pagamento - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMS)”, bem como aos demais termos contratuais, mantida a condição de que os artefatos sob garantia não tenham sido alterados desde sua disponibilização.

4.52. Caberá o Contratado, durante toda a vigência do Contrato, e por 180 (cento e oitenta) dias após o seu término, realizar todas as correções decorrentes dos erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados e/ou decorrentes de integração e adequação da solução, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão das especificações feitas pelo Contratante.

4.53. As glosas decorrentes de demandas em garantia abertas no período supracitado de 180 (cento e oitenta) dias subsequentes ao término do contrato poderão ser aplicadas às faturas ainda não liquidadas ou da caução apresentada como garantia pelo Contratado.

## Requisitos de Experiência Profissional

4.54. Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos/serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

4.55. O Contratado deverá alocar profissionais com formação superior completa em cursos relacionados à área de tecnologia da informação, ou formado em outras áreas com especialização em tecnologia da informação em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC);

4.56. O Contratado deverá executar os serviços observando os perfis mínimos e composição mínima de time previstos na Ordem de Serviço, conforme descrito na Seção "Requisitos de Formação da Equipe", de acordo com os requisitos mínimos de experiência e formação profissional exigidos para cada especialidade:

Experiência/Qualificação	Conhecimentos Técnicos – Processos e práticas	Conhecimentos Técnicos – Tecnologias
<b>Perfil Profissional: ARQSOF-02 – Arquiteto de Softwares Sênior</b>  <b>Tipo: Arquiteto Sênior – PHP</b>		
Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias PHP	<ul style="list-style-type: none"> <li>Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns)</li> <li>Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, Rest, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;</li> <li>Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> </ul>

	<p>Serviços, sua aplicação e padrões</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Análise de código: SonarQube;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker;</li> <li>• Testes funcionais e automatizados:</li> <li>• JUnit, Selenium, Cucumber</li> <li>• Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</li> </ul>
<p><b>Perfil Profissional: ARQSOF-02 – Arquiteto de Softwares Sênior</b></p> <p><b>Tipo: Arquiteto Sênior – ASP e .NET</b></p>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns)</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em C#, ASP.NET, . Net Framework, Angular, XML, Rest, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Firebase;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Análise de código: SonarQube;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Containers: Kubernetes, Docker;</li> <li>• Testes funcionais e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber</li> <li>• Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: ARQSOF-02 – Arquiteto de Softwares Sênior</b>  <b>Tipo: Arquiteto Sênior – Mobile</b>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias Mobile</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns)</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços, sua aplicação e padrões</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps e</li> <li>• Conhecimento do processo de distribuição dos APPs nas lojas Google Play Store e Apple Store</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em Java, Objective C/Swift e React Native, Flutter, Ionic, Angular, Spring, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Firebase;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Análise de código: SonarQube;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker;</li> <li>• Testes funcionais e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber</li> <li>• Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</li> </ul>

Experiência/Qualificação	Conhecimentos Técnicos – Processos e práticas	Conhecimentos Técnicos – Tecnologias
<b>Perfil Profissional: ATQ-02 – Analista de Testes/Qualidade - Pleno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Tipo: Analista de Testes/Qualidade - Pleno – JAVA</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias Java</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em linguagem de programação Java, JavaScript, TypeScript;</li> <li>• Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</li> <li>• Conhecimento REST Client API</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: ATQ-02 – Analista de Testes/Qualidade - Pleno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Tipo: Analista de Testes/Qualidade - Pleno – PHP</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 2 (dois) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias PHP</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em linguagem de programação PHP, JavaScript, TypeScript;</li> <li>• Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</li> <li>• Conhecimento REST Client API</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: ATQ-02 – Analista de Testes/Qualidade - Pleno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Analista de Testes/Qualidade - Pleno – ASP e .NET</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 2 (dois) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias ASP e .NET</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em linguagem de programação C#, ASP. NET</li> <li>• Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</li> <li>• Conhecimento REST Client API</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: ATQ-02 – Analista de Testes/Qualidade - Pleno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Analista de Testes/Qualidade - Pleno – Mobile</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em linguagem de programação Java, Ionic, Angular, Objective C/Swift , React Native, Flutter;</li> </ul>

utilizando tecnologias ASP e .NET	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</li> <li>• Conhecimento REST Client API</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>
-----------------------------------	--	---

**Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno**

• **Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – JAVA**

Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 4 (quatro) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Java	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, WebServices, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
---	--	--

**Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno**

<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – PHP</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHP</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, Rest, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – Python</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias Python</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Streamlit, Celery, Lefleaf, GeoServer, MapServer, Openlayers, MapProxy /Mapink, Bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx</li> <li>• Banco de dados transacionais como PostgreSQL;</li> <li>• Plataforma GeoNode;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – ASP e .NET</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias ASP ou .NET</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em C#, ASP.NET, . NetFramework, Angular, XML, Rest, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker;</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – Mobile</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 4</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em Java, Objective C/Swift e React Native, Flutter,</li> </ul>

(quatro) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias Mobile	<p>Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps e</li> <li>• Conhecimento do processo de distribuição dos APPs nas lojas Google Play Store e Apple Store</li> </ul>	<p>Ionic, Angular, Spring, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
<p><b>Perfil Profissional: DESENV-02 – Desenvolvedor de Software - Pleno</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Desenvolvedor de Software Pleno – Mobile</b></li> </ul>		
Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 4 (quatro) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</li> <li>• Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em linguagem de programação C#, ASP. NET</li> <li>• Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</li> <li>• Conhecimento REST Client API</li> <li>• Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</li> </ul>

**Perfil Profissional: DESENV-03 – Desenvolvedor de Software - Sênior**

- **Tipo: Desenvolvedor de Software Sênior – JAVA**

Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de

aplicações web utilizando tecnologias JAVA

- Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban.
- Conhecimentos em padrões de projeto
- Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.
- Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços
- Conhecimento em Devops e DevSecOps

- Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;
- Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;
- Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;
- Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;
- Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;
- Containers: Kubernetes, Docker

**Perfil Profissional: DESENV-03 – Desenvolvedor de Software - Sênior**

- **Tipo: Desenvolvedor de Software Sênior – Python**

Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de desenvolvimento de

aplicações web utilizando tecnologias Python

- Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;
- Conhecimentos em padrões de projeto
- Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.

- Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Lefleat, GeoServer, MapServer, Openlayers, MapProxy /Mapink, Bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco de dados transacionais como PostgreSQL com extensão PostGIS;</li> <li>• Plataforma GeoNode;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: DESENV-03 – Desenvolvedor de Software - Sênior</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Desenvolvedor de Software Sênior – PHP</b></li> </ul>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHP</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, Rest, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
<b>Perfil Profissional: DESENV-03 – Desenvolvedor de Software - Sênior</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tipo: Desenvolvedor de Software Sênior – ASP e .NET</b></li> </ul>		

<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em C#, ASP.NET, . Net Framework, Angular, XML, Rest, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
---	---	---

**Perfil Profissional: DESENV-03 – Desenvolvedor de Software - Sênior**

**Tipo: Desenvolvedor de Software Sênior – Mobile**

<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Mobile</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</li> <li>• Conhecimentos em padrões de projeto</li> <li>• Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.</li> <li>• Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços</li> <li>• Conhecimento em Devops e DevSecOps e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento em Java, Objective C/Swift e React Native, Flutter, Ionic, Angular, Spring, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</li> <li>• Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;</li> <li>• Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</li> </ul>
--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento do processo de distribuição dos APPs nas lojas Google Play Store e Apple Store</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</li> <li>• Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven</li> <li>• Containers: Kubernetes, Docker</li> </ul>
--	---	---

Experiência/Qualificação	Conhecimentos Técnicos – Processos e práticas	Conhecimentos Técnicos – Tecnologias
<b>Perfil Profissional: ANR - 02 – Analista de Negócios/Requisitos Pleno</b>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 3 (três) anos na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de software a serem implementados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho de solução para novos produtos e serviços, para posterior desdobramento em especificações funcionais para desenvolvimento de sistemas, com base em metodologia ágil.</li> <li>• Realizar pesquisas que tenham impacto na unidade de negócio e que estejam alinhadas com a estratégia da empresa;</li> <li>• Dar suporte ao time de design e produto para executar pesquisas exploratórias e de validação;</li> <li>• Gerenciar e conduzir pesquisa de usuário e desenvolvimento de conceito;</li> <li>• Conduzir estudos de personas e de comportamento;</li> <li>• Planejar, executar e consolidar pesquisas qualitativas com usuários;</li> <li>• Coletar, sintetizar e analisar achados de pesquisa,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência como analista de requisitos ou analista de negócios, em projetos de construção de software utilizando práticas ágeis.</li> <li>• Técnicas de levantamento de requisitos;</li> <li>• Capacidade analítica de dados;</li> <li>• Conhecimento em arquitetura de microserviços e SOA;</li> <li>• Capacidade de definição e negociação de prazos;</li> <li>• Metodologias ágeis (Scrum e Kanban);</li> <li>• Conhecimento de processos BPM;</li> <li>• Gestão de backlog e definição de escopo por entrega;</li> <li>• Capacidade de interação com múltiplos stakeholders.</li> <li>• Conhecimento avançado em padrões</li> </ul>

	<p>identificando áreas de desenvolvimento e fornecendo recomendações;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender necessidades de usuários, motivações e comportamentos, transformando informações em insights e features.</li> </ul>	<p>de projetos de software (design patterns);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento avançado em arquitetura de sistemas Web;</li> <li>• Conhecimento avançado em experiência de usuário;</li> <li>• Conhecimento avançado em segurança de aplicação</li> <li>• Conhecimento avançado em arquitetura de processos de negócio;</li> <li>• Fazer análise arquitetural de sistemas;</li> <li>• Provar viabilidade de conceito arquitetural de sistemas</li> </ul>
--	--	---

<b>Experiência/Qualificação</b>	<b>Conhecimentos Técnicos – Processos e práticas</b>	<b>Conhecimentos Técnicos – Tecnologias</b>
<b>Perfil Profissional: SCRUM – Scrum Master</b>		
<p>Curso superior completo nos termos do subitem 4.54 e experiência mínima de 4 (quatro) anos na facilitação do processo de desenvolvimento ágil de software, orientando as equipes de desenvolvimento, acompanhando, identificando e eliminando impedimentos e promovendo o uso de padrões e melhores práticas ágeis e CSM -</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principal envolvido no projeto, responsável por planejar, gerenciar e alocar recursos, ajustar as prioridades, coordenar interações com clientes e usuários e manter a equipe do projeto engajada;</li> <li>• O Scrum Master será o principal envolvido, responsável e ponto focal entre a CONTRATANTE e a célula ágil;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência profissional com desenvolvimento ágil.</li> <li>• Aplicar princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum e Kanban.</li> <li>• Realizar a análise de requisitos funcionais e não*funcionais, implementar padrões</li> </ul>

<p>Certified Scrum Master (Scrum Alliance) OU PSM – Professional Scrum Master (Scrum. ORG)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esse profissional é responsável por liderar o time de desenvolvimento na adesão aos processos ágeis e no compromisso com os resultados do projeto.</li> <li>• Assim, ele atua também como um gerente de projeto para fins de “controle e monitoramento”, sendo responsável por ajudar o time a gerenciar o tempo, a qualidade, as comunicações e os riscos do projeto. O Scrum Master pode ser compartilhado entre (até) duas células Scrum da CONTRANTE;</li> <li>• Ele também deverá estabelecer o conjunto de práticas que garantam a integridade e a qualidade dos artefatos do projeto, auxiliar o planejamento, execução e controle do projeto, acompanhar o andamento de cada atividade buscando garantir o cumprimento dos compromissos em prazo, custo e qualidade;</li> <li>• Certificado Profissional Scrum Master PSM I emitido pela Scrum.Org ou CSM (Certified Scrum Master) emitido pela Scrum Alliance.</li> </ul>	<p>de projeto (enterprise integration patterns, design patterns, microservices patterns) e modelagem de dados relacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar conceitos de User Experience (UX) e conceitos de usabilidade no desenvolvimento de aplicações.</li> <li>• Auxiliar ao Product Owner na identificação e priorização do Backlog do Produto.</li> </ul>
--	---	---

4.57. A Experiência/Qualificação deverá ser comprovada após a assinatura do contrato, no momento da entrega da documentação do profissional por meio de Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo profissional, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades.

4.58. A formação deverá ser comprovada no momento da entrega da documentação do profissional por meio de Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou pelo órgão competente para tanto no país

de emissão do diploma.

4.59. Todos os profissionais deverão possuir as seguintes habilidades comportamentais:

- a) comunicação clara e objetiva (oral e escrita);
- b) capacidade de trabalho em equipe;
- c) proatividade; e
- d) bom relacionamento interpessoal e profissional.

4.60. Os conhecimentos técnicos e habilidades comportamentais serão avaliadas por meio de monitoramento periódico do Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP).

4.61. A comprovação dos requisitos de conhecimentos técnicos e habilidades será avaliada no período de alocação dos profissionais, antes da execução de cada Ordem de Serviço.

4.62. A Contratante poderá realizar entrevista estruturada ou semiestruturada com os profissionais que executarão os projetos para verificação dos conhecimentos técnicos mínimos exigidos para cada perfil.

4.63. A não comprovação dos conhecimentos técnicos mínimos exigidos implicará na recusa do profissional e na necessidade de o Contratado apresentar outro profissional, sem prejuízo dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço.

4.64. O descumprimento total ou parcial dos "Requisitos de Experiência Profissional", descritos nesta seção, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência (Seção: Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no Pagamento).

4.65. O período de agendamento da entrevista que dependa exclusivamente da Contratante não será computado para fins de aferição do prazo de execução da Ordem de Serviço.

## Requisitos de Formação da Equipe

4.66. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

a) Os profissionais de TI do Contratado, deverão atender aos "Requisitos de Formação da Equipe" estabelecidos nesta seção.

4.67. Admite-se o compartilhamento do profissional em equipes simultâneas no mesmo contrato, observando-se os limites estabelecidos no quadro a seguir:

Perfis Profissionais	Compartilhamento Máximo Simultâneo
Arquiteto Sênior	Até 3 projetos
Desenvolvedor Pleno	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
Desenvolvedor Sênior	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
Analista de Negócios/Requisitos Pleno	Até 2 projetos

Scrum Master	Até 3 projetos
Analista de Testes/Qualidade Pleno	Até 3 projetos

4.68. O descumprimento total ou parcial dos "Requisitos de Formação da Equipe", descritos nesta seção, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência (Seção: Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento).

4.69. Não será permitido o acúmulo de funções descritas na tabela acima para um mesmo profissional, sendo possível o compartilhamento em times diferentes, conforme limite máximo previsto na tabela acima.

4.70. Não será permitido o compartilhamento do profissional alocado na Ordem de Serviço a outro Contrato durante a execução da Ordem de Serviço, salvo quando autorizado pela Contratante e demonstrado pelo Contratado não haver comprometimento da qualidade e do atendimento aos prazos relacionados à execução dos serviços.

## Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.71. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.72. A OS deverá ser preenchida observando as informações constantes do ANEXO I – Modelo de Ordem de Serviço.

4.73. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.74. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.75. Deverá ser adotada metodologia ágil de desenvolvimento de software definida pela Contratante observando-se as diretrizes de processo de software constantes do ANEXO VII.

4.76. A prestação do serviço pelos profissionais de TI alocados pelo Contratado se dará em conformidade com a metodologia ágil adotada pela Contratante, de acordo com o disposto no ANEXO VII - PROCESSO DE SOFTWARE, observada sua versão vigente.

4.77. O processo de desenvolvimento ágil de software adotado baseia-se no método Scrum.

4.78. Na construção e codificação dos softwares devem ser observados os Requisitos Mínimos De Qualidade e Padronização Dos Aspectos Técnicos Da Codificação constantes do ANEXO VIII.

4.79. Deve-se mensurar os produtos por meio da técnica de Análise de Pontos de Função Simplificados (Simple Function Points - SFP), conforme Roteiro de Métricas ANEXO VI.

## Vistoria

4.80. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## Sustentabilidade

4.81. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) aumento da eficiência energética;
- b) redução do consumo de papel, recursos de impressão e outros insumos não renováveis.

## Requisitos de Propriedade Intelectual

4.82. A Contratante, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de produtos de tecnologia e regulamentos correlatos, é o único proprietário dos produtos, documentos e material intelectual desenvolvidos no âmbito do escopo deste TR (como manuais, modelos, metodologias, normas, guias, códigos fonte, scripts, páginas web, sistemas de informação, e outros), devendo o Contratado, para tanto, cedê-la à Contratante, mediante cláusula contratual, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.610/98.

4.83. Desse modo, pertence exclusivamente à Contratante:

- a) os direitos de propriedade intelectual dos produtos de tecnologia desenvolvidos e das partes em desenvolvimento, de forma

- permanente, permitindo a essa a qualquer tempo distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações de licenças restritivas;
- b) os projetos, suas especificações técnicas, documentação, códigos-fonte de programas, scripts e todos os produtos/artefatos gerados na execução do contrato, para o caso de instrução de processo de registro do Sistema no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) pela Contratante;
- c) os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações dos produtos de tecnologia desenvolvidos em decorrência do Contrato, sem ônus adicionais à Contratante; e;
- d) todos os direitos autorais da solução, documentação, "scripts", códigos-fonte e congêneres desenvolvidos durante a execução dos produtos/artefatos são do Contratante, ficando proibida a sua utilização pela Contratada sem a autorização expressa da Contratante.
- 4.84. O Contratado não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, qualquer informação sobre a arquitetura ou documentação de soluções da Contratante – assim como dados ou metadados utilizados, produtos/artefatos desenvolvidos e entregues – ficando responsável juntamente com a Contratante por manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução dos produtos (período de garantia técnica).
- 4.85. As bases de dados geradas em função da prestação dos serviços pertencem à Contratante e a ele devem ser entregues pelo Contratado ao final do contrato, ou sempre que solicitadas.

## **Da exigência de carta de solidariedade**

- 4.86. Não será exigida Carta de Solidariedade em atenção ao inciso IV do art. 23 da IN SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

## **Da Subcontratação**

- 4.87. Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, pois no âmbito da modelagem da contratação da presente solução não se prevê a demanda da atuação de diferentes empresas ou segmentos na implementação dos serviços em um mesmo contrato, uma vez que não se trata de serviços de elevada complexidade que necessite da subcontratação de outros serviços acessórios ao objeto principal.

## **Da verificação de amostra do objeto**

- 4.88. Não será necessária amostra do objeto para a presente contratação, em observância à faculdade de aplicação trazida pelo §1º do art. 12 da Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/MGI.

## **Da Garantia da Contratação**

- 4.89. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 4.90. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.91. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.92. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

# **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

## **São obrigações da Contratante:**

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar ao Contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato e, no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;
- 5.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Instruir os autos do processo administrativo com os documentos afetos ao recebimento provisório e definitivo dos bens, tais como: termo de recebimento provisório e definitivo, devidamente assinados pelo gestor do contrato; metodologia adotada no recebimento definitivo dos bens, contendo a definição da amostra ou a totalidade dos itens a serem testados e inspecionados (exame qualitativo); resultados dos testes de atendimento aos critérios de aceitação e das verificações de conformidade aplicados em cada serviço avaliado.
- 5.1.10. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.11. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação, por intermédio do Gestor ou Fiscal do Contrato, que venham a ser solicitados pelo preposto do Contratado;
- 5.1.12. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, de acordo com as cláusulas contratuais, em particular no que se refere aos níveis de serviço especificados;
- 5.1.13. Providenciar as assinaturas, pelo Contratado, no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;
- 5.1.14. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados do Contratado às dependências da Contratante, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;
- 5.1.15. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.16. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- a. exercer o poder de mando sobre os empregados do Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - b. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas; e
  - c. considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.1.18. Aferir a produtividade efetivamente alcançada, para fins de pagamento.

## **São obrigações do Contratado:**

- 5.2.1. Fornecer o objeto da contratação, atendendo às normas e condições deste Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço, não sendo admitida qualquer modificação em sua execução sem prévia autorização da Contratante;
- 5.2.2. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato, junto à Contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar o Contratado, principalmente quanto a eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

- 5.2.3. Na hipótese de afastamento do preposto, definitivamente ou temporariamente, o Contratado deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- 5.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.6. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.8. Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.9. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.11. Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.12. Manter seus funcionários capacitados e treinados para os padrões, ferramentas e processos utilizados no ambiente da Contratante;
- 5.2.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.2.14. Atender as demandas com agilidade e qualidade, independentemente da quantidade de ordens de serviço e quantitativos de pontos de função demandados, observando-se os limites totais previstos para cada item contratado;
- 5.2.15. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela Contratante, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados, tais como manutenção, configuração, entre outras;
- 5.2.16. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.18. Executar o objeto do certame em estreita observância aos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18;
- 5.2.19. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.2.20. Fornecer e utilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.21. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.22. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, por intermédio de preposto designado para acompanhamento, em até duas horas úteis, a contar de sua solicitação;
- 5.2.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de dados, de pessoas ou bens de terceiros;



- 5.2.24. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela Contratante;
- 5.2.25. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência;
- 5.2.26. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.27. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- 5.2.28. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, o Contratado repassará para a Contratante as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a Contratante;
- 5.2.29. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.2.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.31. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;
- 5.2.32. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.2.33. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao Contratado, independente de solicitação;
- 5.2.34. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.2.35. Sujeitar-se aos acréscimos e às supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- 5.2.36. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- 5.2.37. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.38. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- 5.2.39. Assinar o termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, constante no ANEXO III deste Termo de Referência, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado. Pela mesma razão o Contratado deverá providenciar o Termo de Ciência, constante no ANEXO II, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação;
- 5.2.40. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de ou-tras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.2.41. Alocar os profissionais conforme quantidade e requisitos mínimos de experiência, qualificação e formação profissional, cumprindo os limites máximos de compartilhamento de profissionais, conforme previsto nas Seções "Requisitos de Experiência Profissional" e "Requisitos de formação da equipe";
- 5.2.42. Prestar esclarecimentos técnicos sobre a execução dos serviços, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, no prazo de 4 horas comerciais;

- 5.2.43. Manter seus funcionários capacitados e treinados para os padrões, ferramentas e processos utilizados no ambiente da CONTRATANTE;
- 5.2.44. Repassar, ao término de cada Ordem de Serviço, todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações; e
- 5.2.45. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Condições de execução**

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica descrita nessa seção.
- 6.2. O Início da execução do objeto será de até 10 dias da assinatura do contrato;
- 6.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 6.3.1. Ambientação e Repasse Inicial de Conhecimento.
- 6.3.1.1 O período de ambientação é fundamental para que o Contratado possa absorver os conhecimentos necessários para a execução e continuidade dos serviços que ficarão sob sua responsabilidade.
- 6.3.1.2 O início dos serviços acontecerá de forma gradual e consistente com as necessidades de serviço da Contratante, de acordo com a criticidade e segurança de operação dos serviços.
- 6.3.1.3 Durante o período de transição, o Contratado deverá tirar todas as dúvidas que, porventura, venham a existir, para que essa possa assumir os serviços de forma segura, organizada e produtiva.
- 6.3.1.4 As atividades executadas pelo Contratado para fins de obtenção dos conhecimentos necessários para início da execução dos serviços deverão ser prestadas sem ônus adicional à Contratante.
- 6.3.1.5 O período de ambientação não deve ser superior a 4 (quatro) semanas corridas da assinatura do contrato, salvo se acordado período distinto entre Contratante e Contratado.
- 6.3.1.6 Os profissionais do Contratado designados para realização da ambientação deverão ser apresentados à Contratante após a reunião inicial e deverão cumprir o disposto na seção referente a Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança deste Termo de Referência.
- 6.3.2. Da Formalização da demanda
- 6.3.2.1 A formalização para início da prestação dos serviços deve ser realizada por meio de Ordem de Serviço (OS).
- 6.3.2.2 A Ordem de Serviço deve ser elaborada conforme ANEXO I e encaminhada pelo Gestor do Contrato contendo no mínimo:
- a) a definição e especificação dos serviços a serem realizados;
  - b) o objetivo a ser alcançado, observando-se metas de produtividade estabelecidas;
  - c) a descrição do(s) produtos/resultados a serem entregues;
  - d) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;
  - e) a identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da solução;
  - f) o detalhamento da quantidade e os perfis dos profissionais necessários para a execução dos serviços;
  - g) bem como as regras de composição e % de alocação, e times para os casos de serviços de desenvolvimento e sustentação de software;
  - h) a memória de cálculo para o dimensionamento dos profissionais;
  - i) o prazo máximo para que a Contratado aloque os profissionais de TI;
  - j) a identificação dos requisitos funcionais e não funcionais;
  - k) a identificação dos responsáveis da Contratante pelo acompanhamento dos serviços.
- 6.3.3. Da Alocação dos profissionais de TI
- 6.3.3.1 A disponibilização de profissionais de TI será feita sob demanda da Contratante, sempre formalizada por meio de ordem de serviço, conforme modelo disponível no ANEXO I.
- 6.3.3.2 Não havendo ordem de serviço vigente, não deverá haver disponibilização de profissionais de TI.
- 6.3.3.3 Os profissionais de TI serão alocados conforme quantitativos e perfis previstos nas ordens de serviço, a cargo do Gestor

do Contrato;

6.3.3.4 O prazo máximo para que o Contratado alocue os profissionais de TI será definido nas ordens de serviço pela Contratante, não devendo ser superior a 15 dias úteis.

6.3.3.5 Exaurido esse prazo máximo de alocação, em caso de eventual não alocação dos profissionais de TI necessários, haverá a aplicação de sanções, de acordo com a Seção "Sanções Administrativas e Procedimentos para Glosa no Pagamento".

6.3.3.6 O Contratado poderá iniciar a execução da ordem de serviço em prazo inferior ao estabelecido, desde que acordado entre as partes e atendido aos demais requisitos constantes da ordem de serviço.

6.3.4. Da execução das Ordens de Serviços

6.3.4.1 Durante a execução dos serviços deste Termo de Referência, deve ser utilizada a ferramenta disponibilizada pela Contratante para abertura e acompanhamento de chamados capaz de:

- a) fornecer um número de registro único para acompanhamento de cada chamado;
- b) acompanhar a execução dos chamados; e

c) comunicar à Contratante qualquer mudança na situação de chamados.

6.3.4.2 A assinatura do Termo de Recebimento Provisório (TRP), ANEXO XVI, ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços contidos na ordem de serviço.

6.3.4.3 A verificação técnica e a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), ANEXO XVII, dos serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do Termo de Recebimento Provisório (TRP), ANEXO XVI.

6.3.4.4 O ateste de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

6.3.4.5 O aceite definitivo será efetuado por servidores designados pela Contratante, que elaborarão relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas.

6.3.4.6 Os profissionais de TI alocados serão avaliados por meio de metas de produtividade aferidas pelos indicadores de níveis mínimos de serviços;

6.3.4.7 A Contratante promoverá o intercâmbio de informações diretamente com os prestadores de serviço para a execução de tarefas, e exercerá a fiscalização quanto aos resultados esperados pelos serviços nos termos deste Termo de Referência, sem que haja a subordinação dos profissionais alocados a quaisquer servidores da Contratante;

6.3.4.8 A Contratante deverá verificar a conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das condições previstas no Termo de Referência;

6.3.4.9 A fiscalização do contrato deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços prestados e intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.3.4.10 Caso a Contratante verifique que um ou mais profissionais não estão executando o serviço com a qualidade e produtividade necessárias, a Contratante poderá recusar o profissional e solicitar motivadamente sua troca.

6.3.4.11 Em virtude de fatores como prazo do projeto, volume e ritmo de demandas, poderá ser solicitada a redução ou o acréscimo de perfis profissionais na ordem de serviço, respeitando os limites máximos permitidos e a produtividade esperada.

6.3.4.12 O quantitativo dos profissionais de TI demandados está limitado a quantidade máxima prevista para cada item que compõe o objeto, independentemente do número de ordens de serviço abertas;

6.3.4.13 No caso de substituição ou inclusão de empregados do Contratado, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência e Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

6.3.4.14 Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual, devidamente designada para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

6.3.4.15 O Contratado deve, ao término de cada Ordem de Serviço, repassar todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações.

6.3.4.16 Não haverá pagamento dos perfis profissionais que não forem efetivamente alocados na execução das atividades abertas através da ordem de serviços, resguardada ainda a aplicação de sanções, de acordo com a Seção "Sanções Administrativas e Procedimentos para Glosa no Pagamento".

## Cronograma de realização dos serviços:

Etapa	Período (a partir de ou após concluído)
	*

Assinatura do Contrato (D)	D
Início da Execução dos Serviços	D + 10 dias
Emissão da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) (O)	O
Entrega dos Produtos da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) (E)	O + 4 semanas
Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	E + 15 dias úteis
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	TRP + 5 dias úteis
Autorização para Pagamento	TRD + 15 dias úteis

(\*) Os prazos máximos de execução dos serviços devem constar nas ordens de serviços

## Local e horário da prestação dos serviços

6.3.5. Os serviços serão prestados preferencialmente de forma remota, à exceção daqueles que demandem a presença física do profissional em virtude de risco à segurança da informação, situação em que o Contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos.

6.3.6. As reuniões entre a Contratante e Contratado serão realizadas preferencialmente de modo virtual, a menos que haja algum impedimento.

6.3.7. O Contratado será responsável por prover a infraestrutura tecnológica para realização da reunião, restando à Contratante a responsabilidade por prover terminal de acesso à internet com capacidade de reprodução de áudio e vídeo aos seus funcionários.

6.3.8. O Contratado deverá fornecer, sem ônus à Contratante, todos os recursos tecnológicos necessários à prestação dos serviços aos profissionais de TI que estão alocados remotamente, inclusive recursos de segurança da informação adequados às exigências do ambiente computacional da Contratante.

6.3.9. Caso o Contratado esteja fisicamente alocado fora das dependências da Contratante e tenha a necessidade de acessar o ambiente interno da Contratante, por meio de VPN ou link dedicado, deverá garantir recursos mínimos de segurança em seu ambiente. O ambiente do Contratado deverá conter, no mínimo:

6.3.10. Firewall com antivírus e IPS, delimitando o perímetro da rede, inclusive para entrada e saída de tráfego da rede da Contratante.

6.3.11. Endpoint Protection com mecanismos de proteção com base em assinaturas e em comportamentos.

6.3.12. Na hipótese de os colaboradores do Contratado trabalharem remotamente, os seguintes requisitos devem ser cumpridos:

6.3.13. Todo acesso ao ambiente do Contratante deve ser realizado por meio do ambiente corporativo do Contratado, considerando os mecanismos de segurança obrigatórios pontuados no anteriormente.

6.3.14. Os colaboradores devem ser capacitados quanto às boas práticas de segurança da informação.

6.3.15. O Contratado deve prover recursos suficientes e com a adequada segurança para seus colaboradores.

6.3.16. A ordem de serviço conterá a indicação do período de disponibilidade em horário comercial para fins de contato e execução das atividades colaborativas junto aos times.

6.3.17. Para o serviço de sustentação, a ordem de serviço poderá discriminar períodos específicos de disponibilidade dos sistemas e respectiva quantidade de perfis a serem alocados nestes períodos.

6.3.18. Os serviços eventualmente realizados para fins de cumprimento dos níveis de serviço fora do horário de expediente, ou aos sábados, domingos e feriados não implicarão em nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos a Contratada.

## Materiais a serem disponibilizados

6.3.19. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

- a) Estação de trabalho por funcionário;
- b) Conectividade por funcionário;
- c) Softwares de escritório, de desenvolvimento, modelagem, acesso a banco de dados, produtividade, colaboração, ferramentas CASE por funcionário;
- d) Softwares de segurança tais como: endpoint protection, firewall, IPS;
- e) Acesso a VPN por funcionário.

6.3.20. A disponibilização dos Materiais descritos nesta seção deverá ser realizada sem ônus adicional à Contratante.

## Especificação da garantia do serviço

6.3.21. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## Formas de transferência de conhecimento

6.3.22. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.3.23. O Contratado deverá realizar o repasse de conhecimento à equipe de técnicos da Contratante, ou outra por ela indicada, sobre o processo de desenvolvimento das soluções desenvolvidas e implantadas, ou produtos fornecidos no escopo do contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica.

6.3.24. A transferência de conhecimento, no uso das soluções desenvolvidas pelo Contratado, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Contratante, em eventos específicos de transferência de conhecimento, preferencialmente de forma remota, ou presencial quando houver informações consideradas pela Contratante com potencial de comprometimento da segurança da informação.

6.3.25. O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela Contratante.

6.3.26. A transferência de conhecimento, direcionada aos técnicos indicados pela Contratante, deverá ser focada na solução adotada, de forma que haja transferência do conhecimento da tecnologia utilizada em todo o processo de desenvolvimento e manutenção da solução de software, incluindo levantamentos, construção, testes e implantação.

6.3.27. Ao final da transferência, os técnicos da Contratante, ou de outra empresa por este indicada, deverão ser capazes de realizar a instalação, a manutenção e a evolução das funcionalidades das soluções de software trabalhadas pelo Contratado na vigência do contrato.

6.3.28. A Contratante poderá solicitar ao Contratado a formatação e realização de workshop para transferência do conhecimento técnico e operacional da solução à equipe técnica da Contratante.

6.3.29. Entre os assuntos, devem-se constar a interação e o manuseio da solução de software e demais aplicativos auxiliares, explanação da documentação criada, detalhes da implementação, modo de armazenamento de dados e integração com outras soluções da Contratante, e informações que possam capacitá-los a sustentar a tecnologia oferecida.

6.3.30. O plano do workshop deve ser elaborado pelo Contratado com o apoio da Contratante e ser entregue pelo menos cinco dias úteis anteriores ao início do workshop.

6.3.31. O workshop deverá contar com material didático desenvolvido pelo Contratado, ser realizado em local definido pela Contratante, dividido em turmas de acordo com a capacidade física do local e do tipo de transferência e ocorrerá pelo menos 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato.

6.3.32. A transferência de conhecimento poderá ser substituída, a critério da Contratante, por repasse documental definido entre as partes.

## Procedimentos de transição e finalização do Contrato

6.3.33. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, em ambiente ou biblioteca de versionamento de código indicado pela Contratante;
- b) a transferência de conhecimentos;
- c) a devolução de recursos, inclusive crachás disponibilizados pela Contratante,
- d) a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras, conforme o disposto no art. 35 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022/IN 01/2019 ME.

6.3.34. O Contratado deverá, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133/2021, participar de atividades de transição contratual e transferir para a Contratante e/ou para outra empresa por este indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s), incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.

6.3.35. A transição final dos serviços refere-se ao processo de finalização da prestação dos serviços pelas empresas contratadas

ao final de cada contrato.

6.3.36. O contrato será considerado cumprido integralmente após a comprovação - pela empresa contratada - do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS, referentes à mão-de-obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.3.37. Na transição final, o conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução do projeto ou serviços contratados, deverão ser disponibilizados à Contratante ou empresa por ela designada, por meio de um Plano de Transição, em até 60 (sessenta) dias corridos antes do encerramento do contrato.

6.3.38. A Contratante poderá estabelecer prazo inferior para confecção do Plano de Transição caso haja rescisão contratual.

6.3.39. A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pela Contratante, e a sua duração não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias corridos.

6.3.40. O Plano de Transição deverá tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos: profissionais envolvidos; papéis e responsabilidades; cronograma do repasse de conhecimento contendo as etapas e atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários; relação das Ordens de Serviço por ventura canceladas em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados; e a relação de documentos e artefatos produzidos durante a execução contratual.

6.3.41. Nenhum pagamento será devido ao Contratado pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição.

6.3.42. O fato de o Contratado ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela Contratante, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de Contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à Contratante por esta falha.

## **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.3.43. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no ANEXO I.

## **Mecanismos formais de comunicação**

6.3.44. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) ordem de serviço;
- b) ata de reunião;
- c) ofício;
- d) sistema de abertura de chamados;
- e) e-mails e cartas;
- f) arquivos de gravação ou reuniões por videoconferência (essas reuniões serão gravadas a critério da Contratante);
- g) aplicativos de comunicação instantânea ou qualquer outra ferramenta de comunicação adotada pela Contratante.

## **Formas de Pagamento**

6.3.45. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

## **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.3.46. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.3.47. O Termo de Compromisso contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e os Termos de Ciência, a serem assinado pelos empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III deste Termo de Referência.

## **Dos Mecanismos de Controle**

6.3.48. As atividades de controle e fiscalização da execução serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

6.3.49. A fiscalização técnica do objeto será promovida por meio da verificação da qualidade dos produtos entregues, do atingimento das metas de produtividade previamente estabelecidas na Ordem de Serviço, da observância aos prazos máximos

definidos e da manutenção da efetiva alocação dos perfis profissionais conforme qualificação mínima prevista.

6.3.50. O fiscal administrativo promoverá a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias:

6.3.50.1 No início da execução dos serviços contratados;

6.3.50.2 Durante a execução das Ordens de Serviços;

6.3.50.3 Quando da rescisão do contratado.

6.3.51. A fiscalização das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias será realizada em consonância com os termos da Instrução Normativa Seges/MP Nº 5, de 26 de maio de 2017, e seus anexos e alterações posteriores.

6.3.52. Será verificado o cumprimento das seguintes vedações:

6.3.52.1 Praticar atos de ingerência na administração do contratado tais como:

a) emitir ordens diretas do Contratante aos terceirizados que configure grau de subordinação; eventuais reclamações ou cobranças diretamente aos empregados terceirizados;

b) subordinação dos profissionais alocados a quaisquer servidores da Contratante;

c) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;

d) promover ou aceitar o desvio de funções dos funcionários do Contratado;

e) considerar os funcionários do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão;

f) Promover a negociação de folgas ou a compensação de jornada, uma vez que essa conduta é exclusiva do Contratado.

g) Prever que o próprio Contratado materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

h) Utilização de funcionário que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Contratante para a execução dos serviços.

i) Contabilizar como perfis profissionais, para efeito do dimensionamento, funções administrativas, comerciais, estratégicas ou negociais das empresas, a exemplo de: prepostos, secretárias, assistentes, representantes comerciais, gerentes de contas, pontos focais, auxiliares administrativos, diretores, executivos, entre outros de mesma natureza;

6.3.53. A fiscalização técnica avaliará mensalmente a execução do objeto e utilizará o modelo de indicadores previstos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos sempre que o Contratado:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **Alteração do Catálogo de Serviços de Produtos de Dados**

6.3.54. A alteração do catálogo de serviços de produtos de dados somente poderá ocorrer mediante aditamento contratual, desde que se observe as seguintes vedações:

a. inclusão de atividades não relacionadas à natureza ou objeto da contratação; e

b. alteração da formação de preços original, que orientou a realização do certame.

6.3.55. As alterações no catálogo de serviços de qualidade e testes avançados (ANEXO XXI), deve observar a seguinte estrutura mínima de informações:

a) Tipo de atividade;

b) Descrição da atividade;

c) Unidade de medida; e

d) Esforço de referência (horas).

## **Da adoção de Ferramentas e Softwares**

6.3.56. Para os serviços remotos e presenciais do Contratado deverá adquirir, às suas expensas, a infraestrutura, ferramentas, softwares, componentes e o que mais for necessário para execução dos serviços e em conformidade com os padrões, políticas e metodologias da Contratante.

6.3.57. É de responsabilidade exclusiva do Contratado a aquisição da infraestrutura para a prestação dos serviços dos seus profissionais, bem como os softwares de apoio, não havendo qualquer responsabilidade reversa a Contratante concernente à titularidade dos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

6.3.58. É possível a adoção de ferramentas fornecidas pelo Contratado desde que seja autorizado previamente pela Contratante e que seja assegurado pelo Contratado, no mínimo:

a) o fornecimento periódico à Contratante em formato aberto, dos dados e informações gerados pela ferramenta;

b) a não dependência tecnológica, seja por restrição de licenciamento de software ou necessidade de aquisição de outras tecnologias proprietárias para o funcionamento das aplicações.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Do Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. Caso o trabalho seja executado presencialmente, a Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução das ordens de serviço, em horário comercial.

7.7. Caso o trabalho seja executado virtualmente, a Contratada deverá manter preposto da empresa disponível para contato virtual durante o período de execução das ordens de serviço, em horário comercial.

7.8. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Da Reunião Inicial

7.9. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.10. A reunião Inicial será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.11. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b) entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) a carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- e) apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### Da Fiscalização

7.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### Da Fiscalização Técnica

**7.13. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);**

**a) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das**



faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

b) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Da Fiscalização Administrativa**

7.14. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **Gestor do Contrato**

7.16. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. Critérios de medição e pagamento - NMS**

### **Critérios de medição e pagamento - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMS)**

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Nível Mínimo de Serviço (NMS), conforme neste item.
- 8.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definidos nesta seção. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis, estabelecidos pela Contratante, capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações.
- 8.3. A aferição dos níveis de serviço será realizada mensalmente pelos fiscais do contrato, referente às Ordens de Serviço encerradas no mês anterior.
- 8.4. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em sanções de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções.
- 8.5. Para os serviços de desenvolvimento e manutenção de software, deverão ser apurados os seguintes indicadores:
- Indicador de Aceitação da Sprint/Entrega (IAS);
  - Indicador de Produtividade Ágil (IPA);
  - Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP);
  - Indicador de Qualidade de código (IQC);
  - Indicador de Desmobilização de Equipe (IDE);
  - Indicador de Satisfação do dono do Produto (ISP).
- 8.6. Para os serviços de sustentação de software, deverão ser apurados os seguintes indicadores:
- Indicador de Atendimento aos Prazos de chamados de Sustentação (IAPS),
  - Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP);
  - Indicador de qualidade de código (IQC);
  - Indicador de Cobertura de Testes (ICT);
- 8.7. Para os serviços de qualidade e testes avançados de software, deverão ser apurados os seguintes indicadores:
- Indicador de Atendimento de Prazo (IAP);
  - Indicador de Conformidades em Homologação (ICH);
  - Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP);
  - Indicador de Desmobilização de Equipe (IDE);
  - Indicador de Satisfação do dono do Produto (ISP).
  - A Contratante deverá aferir periodicamente o Indicador de Aceitação da Sprint/Entrega (IAS), com o objetivo de verificar se as demandas planejadas nas sprints foram executadas no timebox e com qualidade, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Garantir a qualidade na entrega das <b>sprints</b> .
Meta a cumprir	IAS igual ou superior a 75%
Forma de acompanhamento	São apuradas a quantidade total de <b>sprints</b> entregues no período, a quantidade de <b>sprints</b> que foram aceitas integralmente e a quantidade de <b>sprints</b> aceitas parcialmente.
Periodicidade	Mensal
	É feita uma relação de proporção entre a quantidade de <b>sprints</b> aceitas integralmente e parcialmente junto ao total, chegando a um valor percentual:

Mecanismo de cálculo (%)	$IAS = (Q_i + Q_p/3) \times 100$ <p style="text-align: center;"><b>Qt</b></p> <p>Onde:</p> <p>IAS = Indicador de Aceitação da <b>Sprint</b> /Entrega; <math>Q_i</math> = Quantidade de <b>sprints</b> aceitas integralmente; <math>Q_p</math> = Quantidade de <b>sprints</b> aceitas parcialmente;</p> <p><math>Q_t</math> = Quantidade total de <b>sprints</b> enviadas para aceite.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Glosas/faixas de ajuste:	<p>IAS <math>\geq</math> 75%: sem descontos sobre o valor da OS.</p> <p>IAS <math>\geq</math> 65% e <math>&lt;</math> 75%: 10% de desconto sobre o valor da OS. IAS <math>\geq</math> 55% e <math>&lt;</math> 65%: 20% de desconto sobre o valor da OS. IAS <math>&lt;</math> 55%: 30% de desconto sobre o valor da OS.</p>
Observações	<p>O peso das <b>sprints</b> aceitas integralmente deve ser maior que o das aceitas parcialmente. Nessa fórmula específica, o peso das <b>sprints</b> aceitas integralmente é três vezes maior que o das aceitas parcialmente.</p> <p>Para efeitos desse indicador, não são contabilizadas <b>sprints</b> rejeitadas, pois não atendem aos critérios mínimos de aceitação previamente estabelecidos.</p>

8.8. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de Produtividade Ágil (IPA), com o objetivo de monitorar o alcance das metas de produtividade, conforme quadro a seguir:

--	--

Finalidade	Garantir a produtividade das equipes ágeis, em termos do alcance de metas aferidas por meio de métricas de <b>software</b> , observando os critérios de qualidade e de aceitação definidos, bem como mensuração em termo de produto ou resultado entregue.
Meta a cumprir	IPA igual ou superior a 90%
Forma de acompanhamento	Afere-se a produtividade realizada no período, considerando as metas de produtividade previamente estabelecidas na ordem de serviço, conforme descrito no item “ <b>Metas de Produtividade</b> ” deste Termo de Referência.
Periodicidade	Mensal
	<p><b>IPA = 100 * ( Pr / Pp)</b></p> <p>Onde:</p> <p>IPA = Indicador de Produtividade Ágil;</p> <p>Pr = Produtividade realizada no período para os perfis profissionais alocados, em função da métrica de <b>software</b> previamente estabelecida;</p> <p>Pp = Produtividade prevista no período para os perfis profissionais alocados, em função da métrica de <b>software</b> previamente estabelecida.</p> <p>Para calcular a Produtividade realizada no período (Pr) em tamanho funcional deve-se calcular o quantitativo de pontos de função desenvolvidos e</p> <p>/ou mantidos no período conforme roteiro de métricas (ANEXO VI).</p>

<p>Mecanismo de cálculo (%)</p>	<p>Serão considerados processos elementares e/ou arquivo lógicos criados ou alterados. Não serão considerados para efeitos desses indicadores apurações especiais, conversões de métricas ou outras contabilizações que não resulte na criação ou alteração de processos elementares e/ou arquivo lógicos</p> <p>Para calcular a Produtividade realizada no período (Pr) em linhas de código deve-se considerar a quantidade de linhas de código alteradas no software no período de aferição, com apoio de ferramenta.</p> <p>É considerada linha de código alterada uma nova linha inserida ou uma linha existente que foi modificada. Não serão contabilizadas linhas removidas, linhas em branco, linhas de comentários e alterações com intuito de somente aumentar artificialmente o número de linhas.</p>
<p>Início da vigência</p>	<p>A partir da emissão da ordem de serviço.</p>
<p>Glosas/faixas de ajuste:</p>	<p>IPA &gt;= 90%: sem descontos sobre o valor mensal apurado da OS</p> <p>IPA &gt;= 80% e &lt; 90%: 10% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPA &gt;= 70% e &lt; 80%: 20% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPA &gt;= 60% e &lt; 70%: 30% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPA &gt;= 50% e &lt; 60%: 40% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPA &lt; 50%: 50% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS.</p>
<p>Observações</p>	<p>Esse indicador é individualmente calculado para cada período previsto, mantendo-se a vinculação às Ordens de Serviço;</p> <p>A produtividade será aferida por meio de metas de produtividade, prevista em cada Ordem de Serviço a critério da</p> <p>CONTRATANTE, observando a produtividade mínima definida no item <b>Metas de Serviços de Qualidade e Testes Avançados DE Software (Anexo XXI)</b> deste Termo de Referência.</p>

8.9. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP), com o objetivo de avaliar individualmente os profissionais de TI alocados, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Assegurar que os profissionais alocados nos perfis profissionais agreguem valor ao time por meio de contribuições técnicas e participação ativa no processo.
Meta a cumprir	IPP mínimo de 80%.
Forma de acompanhamento	<p>Avaliação periódica por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas com enfoque nas seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Demonstração de conhecimento técnico;</li> <li>b. Assiduidade;</li> <li>c. Comunicação e interação com a equipe.</li> </ul>
Periodicidade	Mensalmente, por perfil alocado
Instrumentos de medição	Ordem de Serviço e questionário de avaliação individual do perfil profissional (Anexo XI)
Mecanismo de cálculo (%)	<p><b><math>IPP = 100 * (Pafr / Ptot)</math></b></p> <p>Onde:</p> <p>IPP = Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional  Pafr = Somatório de Pontuação aferida.</p> <p>Ptot = Somatório de Pontuação total máxima possível para todos os critérios estabelecidos.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.

Glosas/faixas de ajuste:	<p>IPP <math>\geq</math> 80%: sem descontos sobre o valor mensal apurado da OS.</p> <p>IPP <math>\geq</math> 70% e <math>&lt;</math> 80%: 1% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPP <math>\geq</math> 60% e <math>&lt;</math> 70%: 2% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. IPP <math>&lt;</math> 60%: 3% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS.</p>
Observações	<p>A avaliação dos perfis profissionais será realizada pela equipe de fiscalização e gestão do contrato com o apoio do respectivo dono de produto ou representantes técnicos da contratante que acompanharam a execução dos serviços.</p> <p>O questionário de avaliação individual do perfil profissional, com enfoque nas dimensões de conhecimento técnico, assiduidade e habilidades comportamentais está disponível no Anexo XI deste TR.</p>

8.10. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de qualidade de código (IQC), com o objetivo de assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados baseada em padrões pré- estabelecidos, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Assegurar a qualidade do código em projetos de desenvolvimento e /ou sustentação e diminuir a ocorrência de defeitos e medir o nível de adequação do código fonte a características de qualidade determinadas pela contratante
Meta a cumprir	$\geq$ 90%
Forma de acompanhamento	A aferição será realizada por meio de ferramentas automatizadas. Na ausência ou indisponibilidade da ferramenta, deverá ser adotado procedimento de amostragem conforme ANEXO IX deste Termo de Referência (Roteiro de Amostragem).
Periodicidade:	Por período previamente definido, seja em termos de <b>sprints</b> executadas ou releases homologadas.

Mecanismo de cálculo (%)	<p><math>IQC = 100 * (Qrc / Qtr)</math></p> <p>Onde:</p> <p>IQC = Indicador de qualidade de código;</p> <p>Qrc = Somatório da Quantidade de requisitos de qualidade de código atendidos;</p> <p>Qtr = Somatório da Quantidade total de requisitos de qualidade de código avaliados.</p> <p>Os requisitos mínimos de qualidade de código-fonte estão disponíveis no ANEXO VIII.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Glosas/faixas de ajuste:	<p><math>IQC \geq 90\%</math>: sem descontos sobre o valor mensal apurado da OS</p> <p><math>IQC \geq 80\%</math> e <math>&lt; 90\%</math>: 10% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. <math>IQC \geq 70\%</math> e <math>&lt; 80\%</math>: 20% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. <math>IQC \geq 60\%</math> e <math>&lt; 70\%</math>: 30% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. <math>IQC \geq 50\%</math> e <math>&lt; 60\%</math>: 40% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS. <math>IQC &lt; 50\%</math>: 50% de desconto sobre o valor mensal apurado da OS.</p>
Observações:	<p>A qualidade de código faz parte da visão dos desenvolvedores, engenheiros, arquitetos e, em alguns casos, analistas e gerentes. Indicadores da qualidade de código incluem: complexidade do código, duplicações de código, tamanho do código, entre outros.</p> <p>Vale ressaltar que a menor qualidade no código está relacionada a uma ocorrência maior de defeitos nas aplicações, que afetarão diretamente a produtividade da equipe de desenvolvimento.</p>



	Esse indicador será utilizado desde o início do projeto, fazendo com que o código seja desenvolvido dentro de padrões aceitáveis de qualidade. Problemas de qualidade no código-fonte do <b>software</b> pré-existent à abertura da OS devem ser desconsiderados na aferição do IQC.
--	--

8.11. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de desmobilização de equipe (IDE), capaz de monitorar e incentivar a manutenção dos membros das equipes durante a execução das sprints, conforme quadro exemplificativo:

Finalidade	Incentivar que o Contratado assegure a manutenção da equipe alocada na execução da <b>sprint</b> , ou que crie mecanismos e estratégias para realizar uma substituição transparente (sem prejuízos à execução da <b>sprint</b> ), promover a comunicação e transferência de conhecimento efetivas.
Meta a cumprir	IDE = 0
Forma de acompanhamento	Para cada projeto que teve uma <b>sprint</b> rejeitada ou aceita parcialmente, é apurado o somatório de desligamento de pessoas das equipes ágeis nas 2 <b>Sprints</b> anteriores.
Periodicidade	A cada <b>sprint</b> rejeitada ou aceita parcialmente, por projeto
Mecanismo de cálculo (%)	<p>O índice total é o somatório de todos os fatores parciais levantados por projeto: Para <b>Sprints</b> rejeitadas: 0,05% para cada desligamento.</p> <p>Para <b>Sprints</b> aceitas parcialmente: 0,025% para cada desligamento.</p> <p><b>IDE = ((Qsr * 0,05) + (Qsp * 0,025))*100</b></p> <p>Onde:</p> <p>IDE= Indicador de desmobilização de equipe;</p>

	<p>Qsr = Somatório do Número de desligamentos de pessoal (por projeto) da respectiva equipe ágil nas últimas 2 <b>Sprints</b>, anteriores à <b>sprint</b> atual rejeitada;</p> <p>Qsp = Somatório do Número de desligamentos de pessoal (por projeto) da respectiva equipe ágil nas últimas 2 <b>Sprints</b>, anteriores à <b>sprint</b> atual aceita parcialmente.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Exemplo:	<p>Projeto 1: <b>Sprint</b> rejeitada - 1 desligamento (1 x 0,05) em <b>sprint</b> anterior.</p> <p>Projeto 2: <b>Sprint</b> rejeitada - 2 desligamentos (2 x 0,05) em <b>sprints</b> anteriores.</p> <p>Projeto 3: <b>Sprint</b> aceita parcial - 3 desligamentos (3 x 0,025) em <b>sprints</b> anteriores.</p> <p>IDE = <math>((1 \times 0,05) + (2 \times 0,05) + (3 \times 0,025)) \times 100 = 22,5\%</math> de redução no faturamento do mês de aferição.</p>
Glosas/ faixas de ajuste	O índice IDE representa diretamente o percentual de desconto sobre a fatura mensal
	<p>Projetos que sofrerem desligamento/mudança de integrantes de times ágeis e subsequente insucesso total ou parcial na aceitação de <b>Sprints</b> estarão sujeitos ao Índice de Desmobilização de Equipe.</p> <p>O referido índice somente é aplicado para as sprints que têm aceitação parcial e/ou rejeição, sendo ignorado para sprints aceitas.</p> <p>Para cada insucesso parcial ou total de <b>Sprint</b>, será observado se houve desligamento de algum membro da equipe em até 2</p>

Observações	<p>(duas) <b>Sprints</b> imediatamente anteriores (independente da aceitação ou não dessas <b>Sprints</b> prévias). Não é considerado o número de desligamentos da <b>Sprint</b> corrente.</p> <p>Desta forma, assume-se que quando há desmobilização de equipes, mesmo que parcial, há implicações que impõem alto risco de insucesso às sprints posteriores ao evento, visto que comumente não há preocupação dos prestadores de serviço na retenção e repasse rápido do conhecimento de projeto, com perdas bruscas de produtividade e assertividade nos artefatos a serem entregues após o desligamento de membros.</p>
-------------	---

8.12. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de Satisfação do Dono do Produto (ISP) com o objetivo de assegurar a qualidade na execução dos processos de entrega dos produtos em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré-estabelecidos:

<b>Finalidade</b>	Assegurar a qualidade na execução dos processos de entrega dos produtos em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré- estabelecidos.
Meta a cumprir	ISP igual ou superior de 80%.
Forma de acompanhamento	Avaliação periódica junto aos donos de produtos por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas.
Periodicidade:	Mensalmente
Instrumentos de medição	Ordem de Serviço e questionários de avaliação do dono do produto, a exemplo do <b>Anexo X</b>
	<p><b>ISP = 100 * (Pafr / Ptot)</b></p> <p>Onde:</p>

Mecanismo de cálculo (%)	<p>ISP = Indicador de satisfação do Dono de Produto; Pafr = Somatório de Pontuação aferida;</p> <p>Ptot = Somatório de Pontuação total máxima possível para todos os critérios estabelecidos.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Glosas/ faixas de ajuste:	<p>ISP <math>\geq</math> 80%: sem descontos sobre o valor da OS.</p> <p>ISP <math>\geq</math> 70% e <math>&lt;</math> 80%: 2% de desconto sobre o valor da OS. ISP <math>\geq</math> 60% e <math>&lt;</math> 70%: 5% de desconto sobre o valor da OS. ISP <math>&lt;</math> 60%: 10% de desconto sobre o valor da OS.</p>
Observações:	Recomenda-se automatizar a avaliação em ferramenta de homologação da demanda pelo gestor/dono do produto.

8.13. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de Atendimento de Prazo (IAP) com o objetivo de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, segundo critérios pré-estabelecidos:

<b>Finalidade</b>	Assegurar que os testes serão executados nos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 90%.
Forma de acompanhamento	É apurada pelos fiscais a quantidade de testes atendidos dentro do prazo máximo estabelecido em relação a quantidade total de testes atendidos no período de referência.
Periodicidade:	Mensal

Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	<p><b><math>IAP = 100 * (Q_{tap} / Q_{tr})</math></b></p> <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos de testes;</p> <p><math>Q_{tap}</math> = Somatório de Quantidade de testes atendidos no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p><math>Q_{tr}</math> = Somatório de Quantidade total de testes registrados com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Glosas/ faixas de ajuste:	<p>IAP <math>\geq</math> 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP <math>\geq</math> 80% e <math>&lt;</math> 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP <math>\geq</math> 70% e <math>&lt;</math> 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP <math>&lt;</math> 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.14. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de Conformidades em Homologação (ICH) com o objetivo de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, segundo critérios pré-estabelecidos:

Finalidade	Apura a quantidade de conformidades registradas pelo usuário durante a homologação do produto.
Meta a cumprir	ICH igual ou superior a 90%.

Forma de acompanhamento	É apurada pelos fiscais a quantidade de produtos entregues em conformidade aos requisitos mínimos de qualidade de código e atendimento aos requisitos funcionais no período de referência.
Periodicidade:	Mensal
Instrumentos de medição	A CONTRATANTE informará os defeitos na ferramenta de gerenciamento de demanda ou pelos mecanismos formais de comunicação definidos neste Termo de Referência.
Mecanismo de cálculo (%)	$ICH = ((Qp - Qpe) / Qp) * 100$ <p>Onde:</p> <p>ICH = Indicador de Conformidades em Homologação.</p> <p>Qpe = Quantidade de produtos entregues com erros de codificação e/ou não implementação adequada dos requisitos funcionais que foram identificados no ambiente de homologação.</p> <p>Qp = Quantidade de produtos prevista na Ordem de Serviço.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Glosas/ faixas de ajuste:	<p>ICH &gt;= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura.</p> <p>ICH &gt;= 80% e &lt; 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura. ICH &gt;= 70% e &lt; 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura. ICH &lt; 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura.</p>
Observações:	Não serão considerados erros identificados e reportados previamente pela equipe de testes e que não foram ajustados pela equipe responsável

	pelo desenvolvimento.
--	-----------------------

8.15. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação (IAPS) com o objetivo de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, segundo critérios pré-estabelecidos:

Finalidade	Assegurar a resposta tempestiva aos chamados relacionados à sustentação das aplicações e incentivar a atuação preventiva na execução dos serviços de sustentação.
Meta a cumprir	IAPS igual ou superior a 90%
Forma de acompanhamento	É apurada a quantidade de chamados atendidos dentro do prazo máximo estabelecido em relação a quantidade total de chamados atendidos no período de referência.
Periodicidade:	Mensal
Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	$IAPS = 100 * (Q_{cap} / Q_{tot})$ Onde:  IAPS = Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação;  Qcap = Quantidade de chamados de sustentação atendidos no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;

	Qctot = Quantidade total de chamados de sustentação registrados com previsão de encerramento para o período de referência.
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço
Glosas/ faixas de ajuste:	<p>IAPS <math>\geq</math> 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPS <math>\geq</math> 80% e <math>&lt;</math> 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPS <math>\geq</math> 70% e <math>&lt;</math> 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAPS <math>&lt;</math> 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.16. A Contratante deverá aferir mensalmente o Indicador de Cobertura de Testes (ICT) com o objetivo de assegurar ações proativas de testes de qualidade de código:

Finalidade	Incentivar ações proativas de testes de qualidade do código.
Meta a cumprir	100%
Forma de acompanhamento	por meio de ferramentas ou por meio de procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção
Periodicidade:	mensal



Instrumentos de medição	ferramentas automatizadas para extração dos dados
Mecanismo de cálculo (%)	<p><b><math>ICT = (I / Tlic) * 100</math></b></p> <p>Onde:</p> <p>ICT= Indicador de cobertura de testes;</p> <p>I = número de itens executados (instruções, ramificações e caminhos de código, pontos de decisão do estado de dados ou nomes de elementos de dados);</p> <p>Tlic = é o número total de itens no código.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço
Glosas/ faixas de ajuste:	<p>ICT = 100%: sem descontos sobre o valor da OS.</p> <p>ICT &gt;= 90% e &lt; 100%: 2% de desconto sobre o valor da OS. ICT &gt;= 80% e &lt; 90%: 4% de desconto sobre o valor da OS.</p> <p>ICT &gt;= 70% e &lt; 80%: 6% de desconto sobre o valor da OS.</p> <p>ICT &gt;= 60% e &lt; 70%: 8% de desconto sobre o valor da OS.</p>

	ICT < 60%: 10% de desconto sobre o valor da OS.
Observações:	O cálculo da cobertura de testes será realizado sobre a quantidade de itens de código efetivamente entregue no âmbito da OS.

8.16.1. Caso os somatórios dos descontos apurados nas faixas de ajustes mensais dos indicadores sejam superiores à 50%, aplica-se o desconto máximo de 50% sobre o valor da fatura mensal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das eventuais sanções.

8.16.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.16.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.16.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) dos critérios de aceitação dos Serviços;
- b) serão considerados entregues os produtos que observem integralmente as condições definidas na seção “8. DEFINIÇÃO DE PRONTO” do Anexo VII – Processo de Software.

## Do recebimento - Critérios de Recebimento e Aceitação

8.16.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.16.6. Para subsidiar a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o Contratado deverá apresentar, até o quinto dia útil do mês, relatório com todas as ordens de serviços executadas e homologadas pela Contratante no mês anterior. A entrega dos relatórios mensais deve ser condição fundamental e necessária para emissão do Termo de Recebimento Provisório. O relatório deverá conter no mínimo:

- a) Número das Ordens de Serviço;
- b) Descrição dos serviços;
- c) Período de execução dos serviços;
- d) Perfis profissionais alocados;
- e) Quantidade de profissionais alocados por perfil e percentual de alocação de cada profissional;
- f) Produtos entregues;
- g) Valor total aferido.

8.16.7. O relatório citado no item anterior deve ser enviado aos fiscais técnicos, por e-mail, antes da emissão da fatura, para validação, e deve constar a aferição dos Níveis de Serviços, assim como o cálculo das glosas, para posterior validação dos demais fiscais do contrato, procedendo-se ao aceite se estiver em conformidade.

8.16.8. O relatório citado, enviado pela Contratada, não se confunde com o RELATÓRIO MENSAL DE FISCALIZAÇÃO que deverá ser obrigatoriamente elaborado pelos fiscais técnicos, requisitantes e administrativo, conforme ANEXO XIX.

8.16.9. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços contidos na ordem de serviço e após o envio do relatório citado acima, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e o encaminhará ao Contratado. O

TRP será emitido pelo Fiscal Técnico do Contrato.

8.16.10. O ateste definitivo dos serviços ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão do TRP, quando será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pela Contratante.

8.16.11. Concluída a avaliação da qualidade e da conformidade dos serviços entregues e provisoriamente recebidos, a Contratante confeccionará o documento "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", com base nas informações da etapa de avaliação da qualidade e contendo a autorização para emissão e posterior pagamento da(s) NOTA(S) FISCAL(IS), devendo ser inserido nos autos para posterior rastreabilidade.

8.16.12. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.16.13. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.16.14. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.16.15. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.16.16. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.16.17. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.16.18. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.16.19. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.16.21. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.16.22. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.16.23. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO MENSAL – ANEXO XIX), quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

8.16.24. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

a) Apurar o valor a ser liquidado, conforme ANEXO XX – PROCEDIMENTO DE CÁLCULO DO VALOR A SER LIQUIDADO;

b) Emitir Termo Circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo - TRD), ANEXO XVIII, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

d) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16.25. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.16.26. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.16.27. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Metas de Produtividade

8.16.28. A produtividade será aferida por meio de metas de produtividade em Tamanho Funcional ou em Linhas de Código, prevista em cada Ordem de Serviço a critério da CONTRATANTE, observando a produtividade mínima a seguir:

- a) Produtividade mínima em Tamanho Funcional: 0,58 pontos de função por dia por desenvolvedor,
- b) Produtividade mínima em Linhas de código: 33,33 Linhas de Código por dia por desenvolvedor;
- c) Produtividade mínima de serviços de qualidade e testes avançados de software, definida no ANEXO XXI
- 8.16.29. O descumprimento das metas de produtividade, descritas nesta seção, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência (Seção: Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento), salvo situações justificadas pelo Contratado e aceitas pela Contratante.

## Procedimentos de Teste e Inspeção

- 8.16.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 8.16.31. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da legislação vigente.
- 8.16.32. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 8.16.33. A verificação da adequação da conformidade dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 8.16.34. A Contratante poderá realizar verificações, inspeções e auditorias, inclusive com apoio de terceira parte, para comprovar que o Contratado mantém os requisitos de qualidade e de testes de segurança da informação (incluindo análise e tratamento de riscos, verificação de vulnerabilidades e avaliação de segurança dos serviços).
- 8.16.35. A critério da Contratante, testes poderão ser realizados a fim de comprovar as funcionalidades e a especificação proposta neste Termo de Referência.
- 8.16.36. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme legislação vigente.
- 8.16.37. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 8.16.38. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.
- 8.16.39. Durante a execução do objeto, será monitorado, constantemente, o nível de qualidade dos serviços, devendo a Contratante intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 8.16.40. Na ausência de especificações idênticas às mínimas exigidas, serão aceitas especificações superiores.

## Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 8.16.41. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.
	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou	O Contratado ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Fede e Municípios e, será descredenciada no SIC ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 3 (três)

2	fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	anos, sem prejuízo das demais cominações legais. (Art. 156 Paragrafo 4º da Lei 14.133/2021)
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	O Contratado será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Ter praticado atos ilícitos para contratar com a Administração.	Será declarada inidônea para licitar e contrat com a Administração, sem prejuízo da Rescis Contratual.
5	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrat
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrat
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendid com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da Contratante.	O Contratado será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Públic sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato.
	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>IAS</b> (Indicador de Aceitação da Sprint	

9	/Entrega).	<p>Para valor abaixo de 55%, aplicar-se-á advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do val referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.</p>
10	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>IPA</b> (Indicador de Produtividade Ágil).	<p>Para valor abaixo de 50%, aplicar-se-á advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.</p>
11	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>IPP</b> (Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional).	<p>Para valor abaixo de 60%, aplicar-se-á advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço</p>
12	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>IQC</b> (Indicador de qualidade de código).	<p>Para valor abaixo de 50%, aplicar-se-á advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.</p>
13	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>ISP</b> (Indicador de Satisfação do Dono do Produto).	<p>Para valor abaixo de 60%, aplicar-se-á advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.</p>
14	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço <b>IDE</b> (Indicador de desmobilização de equipe).	<p>Para valor superior a 30%, aplicar-se-á advertência.</p>

		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato
15	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço IAP (Indicador de Atendimento de Prazo).	Para valor abaixo de 70%, aplicar-se-á advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.
16	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço ICH (Indicador de Conformidades em Homologação).	Para valor abaixo de 70%, aplicar-se-á advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.
17	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço IAPS (Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação)	Para valor abaixo de 70%, aplicar-se-á advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.
18	Não atender ao indicador de nível mínimo de serviço ICT (Indicador de cobertura de testes)	Para valor abaixo de 60%, aplicar-se-á advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada da Ordem de Serviço.
19	Não disponibilizar o(s) profissional(is) no prazo máximo definido na Ordem de Serviço, salvo quando comprovadamente justificado pelo Contratado e autorizado pela CONTRATANTE.	Multa de 1% do valor total do perfil profissional associado ao serviço objeto da OS por dia corrido de atraso, limitado a 30%.
20	Não cumprir os limites de compartilhamento de profissional previstos na Seção "REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE".	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valo referente a parcela mensal apurada do Contrato.
21	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.

22	Preposto não agir em resposta à solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de duas horas estabelecido neste Termo de Referência	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
----	--	---

8.16.42. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- c) Após a notificação da glosa, o Contratado terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

#### Liquidação

8.16.43. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.16.44. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.45. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.16.46. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.16.47. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.48. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.16.49. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16.50. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16.51. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16.52. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



## Prazo de pagamento

8.16.53. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.16.54. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

## Forma de pagamento

8.16.55. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.16.56. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16.57. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16.58. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.16.59. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Cessão de crédito

8.16.60. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.16.61. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.16.62. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.16.63. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.16.64. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.16.65. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

DO REAJUSTE

8.17. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do lote/grupo

### Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário, uma vez que se tem certeza em relação à qualidade dos serviços buscados. Entretanto, não se tem plena certeza da quantidade a ser utilizada ao longo do prazo de execução do contrato e, por isso, deve-se ter um balizador de valor unitário das unidades que compõem os serviços a fim de quantificar a prestação e, por conseguinte, realizar o devido pagamento conforme volume consumido no período de prestação dos

serviços.

9.3. Será verificada à observância da vedação da adjudicação dos lotes referentes a execução dos serviços de "desenvolvimento, manutenção e sustentação" e de "qualidade e testes avançados" de um mesmo grupo de órgãos para uma mesma licitante para evitar-se conflito de interesse.

## Da Aplicação da Margem de Preferência

9.4. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

9.5. Os serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de softwares são prestados predominantemente por empresas brasileiras situadas no Brasil, uma vez que o processo de desenvolvimento de software para órgãos públicos requer a interação e o mapeamento de necessidades de negócio de cada órgão ou entidade, ou seja, demanda das empresas profissionais brasileiros que possua as competências previstas neste Instrumento convocatório. Dessa forma, não se aplica para o presente objeto a necessidade do estabelecimento de margens de preferência.

## EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

9.6. Conforme Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. De forma a fornecer os insumos para que a análise de exequibilidade da proposta possa ser feita, a LICITANTE deverá apresentar uma Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO XIII) junto com a Proposta de Preços (ANEXO V), conforme memória de cálculo e metodologia discriminada no item "Da Análise da Exequibilidade da Proposta".

9.8. A Planilha de Custos e Formação de Preços citada no item anterior possui natureza declaratória, devendo a licitante efetuar as alterações que julgar necessárias, já que as planilhas de formação de preço têm caráter informativo e servirão para demonstrar capacidade e possíveis variações de custos / insumos no curso da execução contratual.

9.9. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens relativos à esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

9.10. A planilha deverá conter o cálculo do custo mensal por time ágil, construído a partir do custo mensal dos perfis profissionais exigidos na contratação.

9.11. Os itens da planilha que estiverem em branco ou declarados com valor zero serão desconsiderados como elemento de formação dos custos e, como consequência, não caberá alegação futura envolvendo tais itens. Os efeitos financeiros negativos decorrentes dessa desconsideração terão que ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não se configure a corrosão da exequibilidade da proposta.

9.12. A proposta será objeto de diligência detalhada sobre a análise da planilha de composição de preço, quando forem detectados, por exemplo:

- a) valores salariais abaixo da remuneração mínima aceitável definida nessa seção; ou
- b) valor total da proposta de preço for inferior a 70% (setenta por cento) do preço estimado neste Termo de Referência.

9.13. Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados pelo Contratado e especificados neste Edital, anexos e encartes, a licitante será desclassificada e será então convocado o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

9.14. Na diligência será verificado se a empresa pratica os salários declarados em contratos que possuam aferição de produtividade e vinculação ao alcance de resultados.

9.15. A versão eletrônica da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO XIII) será disponibilizada para a LICITANTE juntamente com o edital. A empresa LICITANTE deve seguir as instruções de preenchimento desta seção e as constantes na planilha.

9.16. A análise considerará os salários de referência dos perfis que integram a composição de perfis profissionais para cada lote para avaliar a exequibilidade da proposta baseada no pagamento por Alocação de Profissionais de TI.

9.17. Considera-se como remuneração mínima aceitável, os salários de referência dos perfis que integram a composição mínima da equipe ágil, o Mapa de Pesquisa Salarial de Referência para serviços de desenvolvimento e manutenção de software, Anexo A da Portaria SGD/MGI nº 6669, de 17 de setembro de 2024.

9.18. Visando prover critérios de aceitação dos preços, define-se que os preços máximos admitidos são aqueles fixados na seção "Estimativa De Preços Da Contratação".

9.19. Cabe à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias.

9.20. Configura-se presunção relativa de inexecuibilidade, ou seja, propostas POTENCIALMENTE INEXEQUÍVEIS, aquelas que se enquadrem em uma ou mais condições a seguir:

- a) quando forem detectados valores salariais inferiores aos valores constantes da Tabela do subitem de remuneração mínima aceitável;
- b) quando for adotado um Fator K inferior a 1, na razão entre o custo do profissional proposto pela LICITANTE e o respectivo valor do salário do profissional constantes da Tabela do subitem de remuneração mínima aceitável;

9.21. Havendo indício de inexecuibilidade e/ou identificadas inconsistências nos cálculos do Demonstrativo de Custos e Formação de Preços da proposta, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

9.22. Para comprovar exequibilidade, as LICITANTES deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual, sendo garantido tratamento sigiloso aos documentos apresentados (se assim a legislação exigir).

9.23. Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

9.24. São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexecuibilidade dos preços ofertados:

a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração (ões) de Contratantes que comprovem a execução satisfatória do objeto;

b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

9.25. Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados pela Contratante e especificados neste Termo de Referência e anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima licitante, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

9.26. A versão eletrônica da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO XIII) será disponibilizada para a LICITANTE juntamente com o edital. A empresa LICITANTE deve seguir as instruções de preenchimento desta seção e as constantes na planilha.

a) Deverão ser entregues planilhas de custo e formação de preços individualizadas por perfil profissional.

9.27. A análise considerará os salários de referência dos perfis que integram a composição de perfis profissionais para cada lote para avaliar a exequibilidade da proposta baseada no pagamento por Alocação de Profissionais de TI.

9.28. Todas as informações fornecidas estarão sujeitas a diligências nos termos da lei.

9.29. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

## EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.30. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Da Habilitação jurídica

9.31. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.32. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.33. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.34. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.35. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.36. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.37. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.38. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.39. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.40. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.41. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.42. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.43. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.44. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.45. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.46. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.47. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Da Qualificação Econômico-Financeira

- 9.48. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.49. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.50. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido ou capital social mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 9.51. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.52. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

- 9.53. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.54. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.55. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.56. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.56.1. A Licitante deverá apresentar atestado, para fins de habilitação técnica dos lotes de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação, que demonstre:
- a) ter executado serviços de concepção, projeto, desenvolvimento, testes unitários, testes funcionais, implantação e

documentação de sistema(s) de informação, e

b) ter adotado nos projetos práticas ágeis (Métodos ágeis de desenvolvimento de software) aplicando pelo menos uma das seguintes técnicas/modelos/frameworks: "eXtreme Programming" (XP), "Scrum", "Feature Driven Development" (FDD), "Kanban"; "Test Driven Development (TDD)", e

c) ter adotado as seguintes práticas e artefatos, ou equivalentes, nos projetos: "Backlog do produto", "Planejamento de entregas (release plan)", "Planejamento de iterações por sprints", "Burndown ou Burnup", e

d) ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, no mínimo a quantidade de perfis profissionais efetivamente alocados ou a quantidade de horas de

desenvolvimento ou manutenção ou sustentação de software ou a quantidade de pontos de função implementados em ao menos uma das tecnologias constantes da tabela apresentada no ANEXO XV - DADOS CONSOLIDADOS DA DEMANDA, conforme limites mínimos definidos no quadro abaixo, por Lote:

LOTE	Pontos de Função	Quantidade de Perfis	Horas
1	3000	4	35.040

9.56.2. A Licitante deverá apresentar atestado, para fins de habilitação técnica dos lotes de serviços de qualidade e testes avançados, demonstre:

a) ter aplicado técnicas de gestão de qualidade em processos de desenvolvimento de software com metodologias ágeis; e

b) ter realizado testes em projetos ou sustentação de sistemas que utilizam ao menos uma das tecnologias constantes da tabela apresentada no ANEXO XV - DADOS CONSOLIDADOS DA DEMANDA; e

c) ter realizado testes automatizados, testes funcionais, testes de carga ou stress e testes de regressão; e

d) ter realizado testes em sistemas que utilizam integração contínua; e

e) ter realizado serviços de revisão de código (code review), em ao menos uma das tecnologias constantes da tabela apresentada no ANEXO XV - DADOS CONSOLIDADOS DA DEMANDA; e

f) ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, no mínimo a quantidade de perfis profissionais de qualidade ou teste de software efetivamente alocados ou a quantidade de horas relacionadas a análise da qualidade de software ou testes de software, conforme quadro a seguir:

LOTE	Quantidade de Perfis	Horas
2	1	8.760

9.56.3. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.56.4. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) grupo(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.56.5. Para todos os lotes não serão considerados compatíveis com o objeto licitado, serviços de:

a) helpdesk, service desk, contact center ou outras formas de suporte de infraestrutura, microinformática;

b) mero fornecimento de mão de obra não especializada;

c) suporte técnico no formato de outsourcing;

- d) suporte a infraestrutura de TI, seja em rede, segurança, servidores de aplicação e administração de banco de dados;
- e) administração de sistemas, operações ou infraestrutura.

9.56.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.56.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.56.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.56.9. No caso de comprovação de pontos de função por equivalência em horas de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, utilizar-se-á como base de cálculo a equivalência de 10 H/PF (dez horas por ponto de função), conforme disposto na Portaria SGD/MGI 750, de 2023.

9.56.10. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da licitante as empresas por ela controladas ou suas controladoras, ou que exista pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da licitante.

9.56.11. Os atestados e documentos apresentados poderão ser diligenciados pela Contratante, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos mesmos.

9.56.12. Nesse procedimento poderão ser exigidos todos os insumos (ajustes, ordens de serviço, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados. Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será desconsiderado. Caso fique caracterizada atitude inidônea da licitante, essa será desclassificada deste certame e estará sujeita às penalidades previstas em lei.

9.56.13. A Documentação Técnica deverá ser encaminhada preferencialmente em formato digital.

9.56.14. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, endereço atual da licitante e local em que foram prestados os serviços.

## Da participação de Cooperativas

9.56.15. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.56.16. 1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.56.17. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.56.18. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.56.19. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.56.20. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.56.21. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.56.22. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## Dos critérios de qualificação técnica e econômica

9.56.23. A definição dos critérios de qualificação técnica e econômica buscou observar dois princípios: a ampliação da participação de empresas do mercado e a definição de meios para verificação das capacidade mínima de execução dos serviços.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.1. Em conformidade com o art. 6º da Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, o valor total estimado como referência será de R\$ 1.046.354,90, distribuídos conforme os lotes e itens abaixo:

<b>CONTRATAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE POR ALOCAÇÃO PROFISSIONAL – Lote 1</b>		
	<b>Descrição dos Grupos</b>	<b>Valor Estimado</b>
1	<b>DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE</b>	R\$ 891.856,82
<b>CUSTO ESTIMADO TOTAL DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO</b>		R\$ 891.856,82
<b>CONTRATAÇÃO DE QUALIDADE E TESTES AVANÇADOS DE SOFTWARE POR ALOCAÇÃO PROFISSIONAL</b>		
2	<b>QUALIDADE DE SOFTWARE</b>	R\$ 154.498,08
<b>CUSTO ESTIMADO TOTAL</b>		R\$ 1.046.354,90

10.1.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.1.3. . Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A declaração de Disponibilidade Orçamentária foi registrada no processo 47648.001186/2023-77.

## 12. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### 13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria 1118, de 20 de julho de 2023 referente ao processo 47648.00186/2023-77.

### 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FERNANDO TIMOTEO FERNANDES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 11:20:23.*

**JUAN GOMES PEREIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 11:01:31.*

**REMIGIO TODESCHINI**

Diretor de Conhecimento e Tecnologia



*Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 15:24:51.*

Despacho: Presidente da Fundacentro

**PEDRO TOURINHO DE SIQUEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/03/2025 às 15:16:00.*





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS\_TR.pdf (600.47 KB)